

**Trajetórias de Vida, Identidade e (re)socialização de jovens  
sentenciados.**

**Diogo António Ferreira Simões**

Dissertação de Mestrado a apresentar ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social.

**Professor Orientador:**  
**Professora Dra. Luísa Costa Pinto**

ISSSP

Maio de 2020

## **Agradecimentos**

A elaboração da presente dissertação teve diversos agentes responsáveis pela sua continuidade, quer em termos gerais de apoio, como de autênticos anjos da guarda que procuraram extrair o que de melhor o investigador tinha para acrescentar à sua voz nas diversas elações retiradas no decorrer do tema. Assim, e antes de se “dar palavra” às pessoas que acompanharam este processo diário, torna-se importante agradecer por toda a disponibilidade dos jovens participantes nesta investigação, bem como do Diretor do Centro Educativo que, prontamente, recebeu o investigador e o ouviu.

A vida é uma escalada sinuosa, e neste processo de crescimento pessoal e académico, presta-se especial agradecimento à orientadora, a Professora Luísa Pinto – pela paciência, pela força e palavra amiga quando o desânimo surgia -, assim como à Professora Idalina Machado nas diversas explicações ligadas ao uso do programa de estatística SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

Não obstante este apoio direto, e atendendo à construção holística do indivíduo como ser biopsicossocial, é de agradecer igualmente a todos os docentes que lecionaram no mestrado do qual o investigador é integrante, bem como a todos os colegas de turma que, de forma profissional, sempre partilharam as suas opiniões e contributos que permitiram o alcançar de diversas reflexões e materiais bibliográficos.

Afastando a componente letiva institucional, esta dissertação não seria possível sem o apoio dos familiares, nomeadamente o agregado doméstico do investigador: mãe, pai e irmão; assim como dos amigos mais próximos: obrigado

## **Resumo**

A presente dissertação teve como objetivos conhecer as trajetórias de vida de dezassete adolescentes com episódios desviantes e em regime de internamento em Centro Educativo, bem como o de estudar o *locus* de controlo de adolescentes sentenciados e em processo de ressocialização – apoiado pela escala IPC - ("Internal, Powerful Others and Chance" - *Locus* de Control) de Levenson.

Foi possível concluir – e apesar de alguns constrangimentos no que toca a uma veracidade nem sempre coerente por parte dos jovens – constatar a forma como o conceito de identidade dos jovens se veio a alterar com o recurso à (re)socialização decorrente do meio institucional que frequentam. Tornou-se igualmente perceptível como existem algumas simetrias e discrepâncias com o facto de existirem jovens que acreditam fortemente terem sido controlados por o que lhes aconteceu na vida, com valores semelhantes no que toca ao controlo que os jovens acreditam sofrer de outros agentes poderosos nas suas vidas e ao acaso/sorte/azar.

Palavras-chave: **identidade, ressocialização, trajetórias de vida, autoconceito, *locus* de controlo**

## **Abstract**

The present dissertation had as objectives to know the life trajectories of seventeen adolescents with deviant episodes and interned in an Educational Center, as well as to study the locus of control of sentenced adolescents and in the process of re-socialization - supported by the IPC scale - ( Levenson's "Internal, Powerful Others and Chance" - Locus of Control).

It was possible to conclude - and in spite of some constraints regarding the veracity that is not always consistent on the part of young people - to see how the concept of youth identity has changed with the use of (re) socialization resulting from the institutional environment that attend. It has also become noticeable how there are some symmetries and discrepancies with the fact that there are young people who strongly believe they have been controlled by what happened to them in life, with similar values regarding the control that young people believe they suffer from other powerful agents in their lives. lives and chance / luck / chance.

**Keyword: identity, resocialization, life trajectories, self-concept, *locus of control***

## Índice

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>II</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>III</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>IV</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I – Enquadramento Teórico .....</b>	<b>3</b>
<b>1. Socialização familiar e desenvolvimento de competências pessoais e sociais ....</b>	<b>4</b>
1.1 A evolução do conceito de “família” .....	10
1.2 O autoconceito no indivíduo em interação .....	12
1.3 <i>Locus</i> de Controlo.....	14
<b>2. Identidade e comportamentos de risco na adolescência .....</b>	<b>17</b>
2.1 Identidade e seus Estatutos .....	22
2.2 O Comportamento Desviante na adolescência.....	26
2.2.1 Um olhar profundo sobre a delinquência .....	30
2.3 O Consumo de Droga em Jovens.....	35
<b>3. (Re) socialização e Reconstrução da identidade .....</b>	<b>39</b>
<b>Capítulo II – Estudo Empírico .....</b>	<b>42</b>
1. Objetivos do estudo .....	43
2. Variáveis  Amostra e Tipo de Estudo .....	45
3. Variáveis em Estudo.....	45
3.1 Variáveis relativas ao indivíduo .....	45
3.2 Variáveis relativas ao contexto familiar .....	46
3.3 Variáveis relativas ao padrão atribucional.....	46
<b>4. Tratamento dos Dados .....</b>	<b>46</b>
4.1 A escala IPC - ("Internal, Powerful Others and Chance" - <i>Locus de Control</i> ) de Levenson .....	47
4.2 Entrevista biográfica semiestruturada, de questões quantitativas e qualitativas .....	50
<b>Capítulo III – Apresentação e Análise de Resultados .....</b>	<b>51</b>
1. Caracterização sociodemográfica do público-alvo.....	52

<b>2. Caracterização sociodemográfica do agregado familiar .....</b>	<b>66</b>
<b>3. Análise à escala IPC – Locus de Controlo.....</b>	<b>69</b>
<b>4. Análise dos resultados .....</b>	<b>73</b>
<b>5. Considerações finais e futuras pistas de investigação .....</b>	<b>81</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>84</b>

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Distribuição dos itens na escala IPC .....	48
Tabela 2 - Adaptado de Relvas (1984), p.122.....	48
Tabela 3 - Adaptado de Queirós (2005), p.184 .....	49
Tabela 4 - Idade dos Jovens Inquiridos .....	52
Tabela 5 - Frequência do Ano de Escolaridade.....	52
Tabela 6- Ano de Escolaridade por relação à Idade do Jovem .....	53
Tabela 7 - Comportamento em ambiente escolar .....	53
Tabela 8 - Motivos do Abandono Escolar.....	53
Tabela 9 - Importância da Frequência Escolar .....	54
Tabela 10 - Importância Atribuída à Escola.....	54
Tabela 11 - O que deseja para o futuro?.....	55
Tabela 12 - Motivo da Sentença.....	55
Tabela 13 - Problemas na Trajetória de Vida.....	56
Tabela 14 - Frequência dos Consumos de Droga.....	56
Tabela 15 - Dinheiro para Consumos.....	57
Tabela 16 - Fontes de Rendimento dos Jovens .....	57
Tabela 17 - Contexto dos Consumos.....	58
Tabela 18 - Idade do Início dos Consumo.....	58
Tabela 19 - Frequência de outras instituições .....	58
Tabela 20 - Acontecimentos que motivaram inserção em ambiente institucional .....	59
Tabela 21 - Como passa o tempo com os amigos .....	59
Tabela 22 - A quem atribui responsabilidade dos comportamentos? (Locus de Controlo) .....	60
Tabela 23 - Atribuição de Responsabilidades Comportamentais (Locus de Controlo) .....	60
Tabela 24 - Acontecimentos Significativos na Vida dos Jovens .....	61

Tabela 25	Natureza da Relação do Casal .....	62
Tabela 26	- Progenitor Que Exerce Controlo .....	62
Tabela 27	- Episódios de Violência Física e/ou Verbal da Progenitora ao Jovem.....	63
Tabela 28	- Demonstração de Afetos por parte do Progenitor Masculino .....	63
Tabela 29	- Abordagem de Problemas por Parte dos Jovens .....	64
Tabela 30	- Importância de uma Pessoa de Apoio .....	64
Tabela 31	- Consequências resultados dos comportamentos atuais .....	65
Tabela 32	- Dimensão Agregado Familiar .....	66
Tabela 33	- Tipo de Agregado Familiar .....	66
Tabela 34	- Nível de Escolaridade dos Elementos do Agregado Familiar.....	67
Tabela 35	- Nível de Escolaridade por relação aos Membros do Agregado .....	67
Tabela 36	- Condição Perante o Trabalho .....	68
Tabela 37	- Variáveis Locus de Controlo.....	69
Tabela 38	- Estatísticas de Confiabilidade (Alfa de Cronbach) – Escala IPC.....	69

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 1	- Histograma da Normalidade de I.....	70
Gráfico 2	- Histograma da Externalidade (Outros Poderosos) (P).....	71
Gráfico 3	- Histograma da Externalidade (Acaso) (C).....	72

## **Abreviaturas**

INE – Instituto Nacional de Estatística

OMS – Organização Mundial de Saúde



## Introdução

A presente dissertação, elaborada no âmbito do Mestrado de Intervenção na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social ministrado pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto, tem como objetivo conhecer as trajetória de vida de dezassete adolescentes com episódios desviantes de um Centro Educativo a Norte do país, assim como refletir na forma como o *locus* de controlo se comporta em adolescentes sentenciados e em processo de ressocialização.

Pela forma como os processos de socialização têm evoluído por meio das diversas mudanças socioeconómicas e políticas, nomeadamente pela definição e conceção do conceito de família, quer aos olhos o Estado como da sociedade, recorrendo aos contributos de autores como Alarcão e Gaspar (2007), a reflexão das mutações da esfera familiar iniciam o presente estudo. É pelas diversas disposições diferentes no que toca aos diferentes papéis e hierarquias sociais e interações com o meio externo à família - sustentado pelos contributos de autores como Bourdieu (1977) e de Passeron (1967), e Luchmann & Berger (2010) – que poderemos compreender verdadeiramente a forma como o processo de crescimento e socialização se iniciam num indivíduo.

Esta socialização, que ocorre por meio dos diferentes sistemas em diferentes tipos de interação na vida dos indivíduos, permite diferentes formas de comunicação e transmissão de normas, valores e condutas sociais que influenciam o domínio biopsicossocial do desenvolvimento do indivíduo. Estas influências e contributos de alguns dos autores supramencionados, permitem explorar e refletir sobre a perceção dos autoconceitos dos indivíduos, ou seja, a forma como este se vê a si e aos comportamentos que desempenha, recorrendo ao contributo teórico de autores como Goleman (2011) e Becker (2008). Assim, procurar refletir a causalidade atribuída a determinados episódios/momentos da vida dos indivíduos e que ajude na explicação e compreensão da forma como os jovens se percecionam, quer a si mesmos, quer a si como elementos integrantes de uma sociedade, autores como Relvas (1995), Soares (2007) e Rotter (1966) ajudam na conceptualização do que se poderá perspetivar o *self* de um indivíduo e deste integrado em ambiente sentencial.

Uma vez que estes processos ocorrem por meio do crescimento do indivíduo, é graças aos contributos e elações de autores como Costa e Campos (1986) e Fleming (2004), que podemos aprofundar no conhecimento de Erikson (1999) para compreender, de facto, como se processa o desenvolvimento da identidade de um indivíduo à medida que este resolve diferentes

tipos de conflitos e que permitem uma construção e reestruturação da sua identidade, descoberta e definição de eventuais papéis sociais presentes como futuros.

Percebendo a identidade e seus diferentes estatutos - pelos contributos de Erikson (1999) e James Marcia (1966) - tornar-se à possível refletir na forma como a existência do desvio e de caminhos delinquentes por parte de um jovem adolescente, ainda mais com os contactos que possa ter com diferentes partes deste "mundo", como o consumo de substâncias psicoativas. Elações possíveis graças aos mais recentes dados estatísticos por parte do Instituto Nacional de Estatística (INE), assim como de autores como Ferreira (2000), Becker (2008), Carvalho (2003) e Martins (2005).

Não obstante este processo de construção e manutenção de identidade, a sua manutenção e reconstrução toma lugar de destaque nas reflexões procuradas, tentando perceber como a ressocialização do indivíduo consegue realizar-se em contextos de institucionalização e de privatização de liberdade - e consequência remoção do indivíduo das esferas familiares e de contextos e ambientes escolares e de propensão ao desvio. A realidade social subjetiva do indivíduo confere palco central nestas questões, tal como a interpretação feita da realidade e atribuição de novos significados aos eventos passados e desviantes dos jovens. Desta forma, é com o auxílio de autores como Gonçalves & Gonçalves (2001) e Berger & Luckman (1966) que se irá compreender como todo este desenvolvimento do indivíduo e contextos em que se insere, se interagem na reconstrução de quadros de valores orientadores no *self* dos mesmos.

Face ao enunciado, o primeiro capítulo da presente dissertação [Capítulo I – Enquadramento Teórico] tratará de desenvolver cada conceito. Posteriormente, e recorrendo aos objetivos traçados, dar-se-á a apresentação do estudo empírico, desenvolvendo-se a metodologia do estudo efetuado ao público-alvo definido, assim como a apresentação das variáveis em estudo, os instrumentos utilizados, tal como os procedimentos seguidos [Capítulo II – Estudo Empírico]. Em última instância acontecerá a apresentação e análise dos dados recolhidos, procurando-se caracterizar as diversas variáveis utilizadas face aos objetivos traçados, bem como de uma análise profunda aos dados obtidos [Capítulo III – Apresentação e Análise de Resultados].

Uma vez que diversas conclusões foram possíveis de serem retiradas do estudo levado a cabo, o Capítulo supramencionado focar-se-á ainda em considerações exequíveis de serem retiradas e refletidas face à análise efetuada.

## **Capítulo I – Enquadramento Teórico**

## **1. Socialização familiar e desenvolvimento de competências pessoais e sociais**

Nas mutações que a sociedade vai enfrentando, quer dependendo de marcos históricos, políticos ou laborais, o conceito de família foi-se alterando ao ponto de transformar a família, quer no seu significado, quer no que a sociedade e o Estado nela veem. A família é desta forma considerada como um espaço de relevo no que se refere à aprendizagem de diversas dimensões relacionadas com a interação que o indivíduo faz para com os seus membros e o exterior; assim como um lugar do seu desenvolvimento e crescimento, mesmo que ao longo da vida o indivíduo possa vir a ter mais do que uma família (Alarcão & Gaspar, 2007). São desta forma as diferentes condições e contextos sociais inerentes aos indivíduos, por estes interiorizadas por sistemas de disposições diferentes, que refletem a posição que a família ocupa na hierarquia social. Ou seja, e como refletido por Bourdieu (1977): o seu lugar de classe, assim como das trajetórias de vida por ela possíveis de seguir fruto desse “*lugar*” (Silva G. O., 1995). Uma vez que os recursos e interações que os indivíduos realizam com o meio exterior são influenciados pela hierarquia familiar e ao lugar que os indivíduos ocupam no seu seio, os recursos a que estes posteriormente terão acesso no seu percurso de vida influenciará a disposição dos mesmos no núcleo da sua esfera familiar e social. A família pressupõe-se como um contexto de socialização fundamental na produção biológica e sociocultural dos seus membros e descendentes, sendo um espaço de construção de identidade pessoal e social.

Existindo esta estreita relação com o exterior, a família é produto dos seus contextos e interações, como os valores, atitudes, normas e padrões de comportamento, que constituem o seu estilo de vida e são condicionados pelas desigualdades sociais que configuram ao que a família tem, ou não, acesso (Bourdieu & Passeron, 1967). Para além das aprendizagens feitas na família de forma contínua e intensa, esta é também um local de partilha de experiências, recursos, sentimentos e emoções, assim como do desempenhar de diferentes papéis e formas de relacionamento para com os outros. A família é um local de construção de vínculos emocionais fundamentais para o crescimento e formação da identidade do indivíduo, por meio da forma como este se reconhece dentro da família, assim como aos outros, quer no que são, pensam, fazem e desejam, reconhecendo os outros e o mundo.

Nestes processos e alterações psicológicas, está a importância de estruturas sociais na vida do indivíduo que permitem que quer a identidade, quer o autoconceito do indivíduo, permaneça.

Porém, quando referimos indivíduos inseridos em estratos sociais socialmente mais vulneráveis, com carências económicas, ou até mesmo de indivíduos isentos de laços e relações significativas na sua vida, esses fatores poderão contribuir negativamente para a formação e/ou

manutenção da identidade do mesmo. Ou seja, estes processos sociais inerentes aos contextos pelos quais o indivíduo circula e se envolve, sendo determinados pela estrutura social dos mesmos, leva a novas formas de o indivíduo interagir com os outros (Luchmann & Berger, 2010). É por meio do *habitus* (Bourdieu, 1979) - os diferentes papéis sociais do indivíduo e obtidos por este por meio da aprendizagem e socialização -, que se geram ações para com os outros (Silva G. O., 1995). Estas ações, com base nos sistemas de disposições do indivíduo, norteiam o seu comportamento com base nos seus códigos linguísticos, comportamentais, interesses, gostos, e que orientam as classificações e interpretações feitas por outros agentes sociais (Bourdieu P. , 1996).

A família é assim vista como “una e única” (Alarcão, 2000, p. 37) nas dimensões que abarca, ou seja: a espacial e temporal. Esta influência interna e externa a que os membros da família estão sujeitos e participam, impulsiona o próprio desenvolvimento familiar e, conseqüentemente, o individual, uma vez que a família está, ou pode estar, em contacto com outras culturas, normas, valores, padrões de comportamento e relações interpessoais. Compreende-se desta forma como a família pode ser considerada um sistema, como refletido por Madalena Alarcão (2000), composto por objetos e seus atributos; tem um conjunto de subsistemas inerentes e exterior a ela e que estão ligados de forma hierárquica, em que estes sistemas possuem limites e/ou fronteiras que os diferencia. Podemos encontrar exemplos destes sistemas ao reconhecer o sistema individual, conjugal, parental e fraternal num indivíduo, sistemas estes que estão em interação, quer com o meio interno, como a família, e o externo, como a escola, o trabalho e a comunidade. Para cada um destes subsistemas encontram-se diferentes papéis sociais que variam de acordo com o sistema e a hierarquia sistemática (Alarcão, 2000). Para tal acontecer, comporta-se a uma compreensão do indivíduo sobre os contextos em que está inserido, quais os seus limites e as relações que ocorrem no mesmo subsistema (relações horizontais) e aquelas que ocorrem entre subsistemas diferentes (relações verticais). O facto de a vida do indivíduo se sustentar em diferentes sistemas e subsistemas leva a refletir sobre o facto de que a explicação ou a compreensão de um determinado comportamento deve ser feita tendo em conta esta “visão circular” (Alarcão, 2000, p. 45) pelas interações que o indivíduo estabelece.

Compreende-se desta forma como a família é um sistema aberto devido às trocas que estabelece, recebendo delas um conjunto de influências à medida que ela própria a influencia, regulando a sua abertura ao exterior de acordo com as suas necessidades e autonomia. A família dispõe assim de um conjunto de tarefas diárias para com os seus elementos de trocas verbais e não verbais de regras de organização familiar assim como a trocas com o exterior.

Dentro deste grande sistema, importa compreender como a vida de uma criança é influenciada. em primeira instância, pelo subsistema individual dos pais, que por sua vez está em contacto e troca com o subsistema conjugal, aliado posteriormente à relação que o progenitor manterá com o filho. É por meio deste subsistema conjugal que se gera a proteção para o crescimento e desenvolvimento dos filhos, fruto das relações de intimidade e respeito mútuo entre o espaço individual e o conjugal. Algo que leva a criança a compreender a noção de limites ou fronteiras, assim como das diferentes interações existentes, quer no seio familiar, como na comunidade. Porém, é pelo subsistema parental que os pais desempenham as suas funções de educação, sendo um sistema que pode variar e incluir outros membros da família, como avós, tios e até irmãos. É assim por esta *“interação entre pais e filhos que as crianças aprendem o sentido de autoridade, a forma de negociar e de lidar com o conflito no contexto de uma relação vertical”* (Alarcão, 2000, p. 53).

Na existência de irmãos, e como refletido por Alarcão (2000), fala-se em subsistema fraternal, permitindo ao indivíduo experimentar diferentes papéis sociais perante o confronto que realiza com o mundo exterior, permitindo o desenvolvimento de novas competências relacionais, assim como à competição, conflito, negociação, fatores estes presentes desde o crescimento da criança, tal como refletido por Erikson com a sua teoria do desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo.

A presença destes subsistemas vai variando ao longo do ciclo de vida do indivíduo, dependendo não só dos seus limites, como do próprio crescimento. Estes limites permitem regular a informação transmitida entre os diferentes subsistemas e suas interações com os diferentes membros, sendo a autonomia o objetivo máximo. Como enunciado por Minuchin (1979) e refletido por Alarcão, existem três tipos de limites, podendo estes ser: claros, difusos ou rígidos. Por um limite claro, compreende-se a troca de influências entre os diferentes subsistemas e seus membros, por difuso compreende-se uma enorme permeabilidade nos subsistemas, e por um limite rígido entende-se a dificuldade entre a troca e compreensão de informação recíproca (Alarcão, 2000). É por meio destes limites que as próprias hierarquias se diferenciam, podendo levar a diferentes tipos de famílias. Pode-se assim falar em famílias emaranhadas em famílias que se fecham sobre si, reduzindo as distâncias interpessoais. Estes agregados compreendem-se com papéis sociais mais rígidos, em que um dos progenitores acaba por ter mais poder em relação ao outro, levando a dificuldades de adaptação de todo o sistema ao exterior e interior.

Outro tipo de família é a desmembrada, com fronteiras rígidas no seu interior e difusas com o meio externo. Experimentam-se papéis sociais instáveis, com a nova geração a sair afetada

pela falta de autonomia que a família procura, podendo levar a agressividade ou a comportamentos desviantes. Para tal, a linguagem, como veículo de comunicação, assume a sua relevância ao afirmar e confirmar ao indivíduo a pessoa que é (Luchmann & Berger, 2010). Isto deve-se pela interiorização das regras, normas e valores que levam à percepção do lugar do indivíduo e seu estatuto social. Estas interações vão sendo progressivamente assimiladas por ele, classificando-o a si e aos outros.

A comunicação é uma forma de união, quer seja verbal ou não verbal, existindo também aquela que ocorre de forma disfuncional, onde existe incompreensão e dificuldades na comunicação que afetam a relação dos envolvidos. Desta forma, realça-se como o sistema familiar tem de favorecer a comunicação e, conseqüentemente, certas transformações resultantes da mesma. A troca decorrente do exterior tem igualmente a capacidade de potenciar a estabilidade e mudança que podem ser perigosos para o desenvolvimento, quer do casal, como, conseqüentemente, das suas crianças (Alarcão, 2000). A própria questão da imprevisibilidade vivenciada no seio familiar pode potenciar comportamentos desajustados, não só a nível social, como no próprio ambiente escolar a ser frequentado pela criança. Tais questões podem levar a problemas emocionais e de atenção (Alarcão & Gaspar, 2007).

A família deve, desta forma, ser um motor de elevação e transformação dos elementos biopsicossociais dos seus descendentes, quer seja na questão da alimentação e locomoção, como mais tarde, em questões de autonomia, comunicação e pensamento. Existe a importância da família permitir a estabilidade na sua relação individual e conjugal, de forma a que, e como refletido por Relvas (1996), a/s sua/s criança/s não sai/am prejudicadas nas suas etapas do ciclo vital (Alarcão, 2000). Os pais têm assim a função de serem responsáveis pelo crescimento e socialização dos seus menores, levando a que novas interações comecem a surgir na família. Tal acontece por via do desenvolvimento da criança, em que da relação a dois – entre a criança e a sua progenitora -, indispensável à sua sobrevivência, esta passa mais tarde a “integrar” uma relação a três – criança, progenitora e progenitor. Todavia, nem sempre a criança aceita bem esta “intromissão” de um terceiro elemento na sua vida, cabendo aos progenitores ajudar neste fator essencial para a socialização da criança ao estarem definidos os papéis a desempenhar. Desta forma, possibilita-se a que a educação e o desenvolvimento da criança possa ser feito em pleno, estimulando-se as competências da criança por meio da interação com os progenitores. Com isto, a criança consegue ver satisfeitas as competências emocionais, cognitivas e biológicas.

O ambiente externo comporta um fator importante nesta interação de sistemas e subsistemas, em especial pela forma como as transformações decorrentes do mesmo podem

influenciar aspectos relacionais no interior da família. Um exemplo claro desta situação acontece quando os pais dispõem do apoio dos seus pais – os avós das crianças – na educação e cuidado das mesmas. É uma ajuda permitida pela flexibilidade do sistema familiar, traduzindo-se também numa compreensão para a criança de diferentes formas de poder e hierarquia social quando o assunto é a transmissão de regras, normas e valores, existindo a necessidade de relações seguras, com apoio emotivo e autónomo, de forma a que o desenvolvimento identitário da criança não saia afetado (Alarcão, 2000). Denota-se desta forma o papel dos pais em conseguir estabelecer relações com os filhos que sejam de aprendizagem e de ensino.

A escola surge igualmente como um novo sistema na vida, quer dos pais, como das crianças, levando a novas influências e relações complexas. Como será abordado posteriormente por meio dos contributos de Erikson (1999), a criança desenvolve a cumplicidade e o companheirismo para os seus semelhantes, havendo uma nova compreensão das relações de poder por meio da entrada de novos adultos significativos na sua vida. Esta convivência escolar altera as dinâmicas familiares, podendo gerar crescimento ou risco no desenvolvimento familiar. Tal deve-se pela entrada da criança no mundo dos adultos, momento em que esta perceciona uma realidade que, por vezes, é diferente da sua bagagem cultural e que pode levar a um choque cultura ou biográfico.

Não obstante as novas relações, a criança pode também sofrer com a separação dos progenitores ao entrar no meio escolar, havendo a necessidade de a família trabalhar a sua ligação com o sistema escolar e potenciar o seu correto desenvolvimento biopsicossocial, tendo estes dois sistemas o dever de educar e de a ajudar. Esta relação revela-se possível fruto da capacidade que a criança teve durante a infância de permitir um terceiro elemento na sua primeira relação, permitindo que esta nova relação vertical dê continuidade ao desenvolvimento iniciado pela família (Alarcão, 2000). Assim, existe a importância de os pais atuarem como estruturas fixas de suporte e apoio de forma a que a criança se sinta segura na busca da sua autonomia e construção de identidade.

Compreende-se desta forma como a escola, aliada aos companheiros, os media, a música, o cinema, e outras atividades, desempenham um papel relevante na formação do *eu* da criança. Porém, para os jovens de grupos sociais mais desfavorecidos, a escola não representa uma nova oportunidade para se descobrirem ou como um lugar de pertença, já que a mesma mostra a estes jovens o quão afastada está das suas realidades, confirmando a separação social já experimentada no seio familiar (Bourdieu P. , 1996). Este meio social escolar pode ser assim segregador, levando à falta de comunicação e incapacidade de inclusão. Ou seja, a escola atua como um lugar de reprodução social, não respeitando a heterogeneidade dos seus alunos.



A transformação da família vai assim ocorrendo ao longo de todo o ciclo de vida, quer do casal, como das suas crianças. Aquando da entrada da criança na adolescência denota-se a importância de a família saber valorizar os sentimentos e experiências por ela sentidos de forma a evitar a clivagem que pode decorrer fruto de novos conflitos. Destes conflitos, destaca-se um novo grupo de amigos com o qual a criança se identifica, aliada a uma menor dependência dos seus progenitores. Fruto deste afastamento, podem os adultos realizar um maior controlo sobre o jovem, aliado também aos receios da exposição do adolescente a álcool ou drogas. A proibição quanto à autonomia do jovem pode assim ter repercussões negativas, havendo necessidade de os pais atuarem com flexibilidade, apoio, regras e barreiras claras, dando primazia ao amor, segurança e confiança (Alarcão & Gaspar, 2007). Denota-se como a comunicação assume-se sempre como um veículo fundamental na criação e manutenção da identidade da criança durante todo o seu desenvolvimento, permitindo que o jovem saiba lidar com o fracasso, o insucesso. O grupo de pares assume a relevância no desenvolvimento de valores e ideias, permitindo ao jovem uma perspetiva no futuro, feita esta com o apoio dos pais, ao valorizar as competências e qualidades dos seus filhos, permitindo que se tornem adultos. O adolescente vê assim a sua identidade construída por meio das diferentes aprendizagens feitas por meio da família, da escola e do grupo de pares (Alarcão, 2000).

Todavia, existe o perigo de o adolescente se fechar sobre si, sendo pouco claro no que pretende e na sua procura de autonomia; pela eventual existência de outros filhos do casal e que leve a dificuldades do adolescente na socialização com os mesmos; assim como o perigo dos pais não aceitarem a autonomia crescente do filho. No caso das famílias desmembradas, a socialização pode não ocorrer pela melhor forma, levando a comportamentos desviantes por parte do adolescente. Este, ao tentar fugir do seu ambiente familiar, poderá procurar apoio num grupo de pares, ele próprio homogéneo, levando a que este não represente um meio nutritivo para o desenvolvimento das suas competências e, consequentemente, da sua identidade e papéis futuros (Bourdieu, 1979).

Face a estas reflexões, importa referir como as dinâmicas de ciclo familiar são distintas, não só mediante estratos sociais, assim como por meio de tipologia familiar e influências ou ambientes culturais. Fatores estes que se traduzem naquilo que é a conceção de família, tal como mencionado pela OMS (1994), em que *“o conceito de família não se pode ser limitado a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adoção. Qualquer grupo cujas ligações sejam baseadas na confiança, suporte mútuo e um destino comum, deve ser encarado como família”* (Alarcão, 2000, p. 202).

### **1.1 A evolução do conceito de “família”**

Foi desde a revolução industrial que uma nova concepção de família surgiu, elencada com diversas transformações crescentes e históricas, levando a uma nova atribuição de novos papéis sociais: como a Globalização, crises económicas, a revolução tecnológica, ou até mesmo a emigração. Estes acontecimentos, para além de levaram à própria mudança nos mercados económicos, permitiu uma transformação na identidade das populações face à troca de cultura constante. Assim, e atendendo aos dados estatísticos atuais (INE, 2018), poderemos constatar o crescimento da população, com um pico registado em 2011, tendo havido um decréscimo da mesma, coincidido com a crise económica que afetou o país. Todavia, o número de famílias tem vindo a aumentar fruto das transformações que ocorreram. Deste modo, assumindo a família como um conjunto de pessoas que estão ligadas por laços de parentesco, que podem ser quer por vínculos de afinidade, quer por consanguinidade - Artigo 1576º e 1578º do Código Civil -, não podemos ignorar que a mesma tem sofrido alterações ao longo dos tempos.

Atendendo ao refletido no ponto anterior, para além das transformações nas esferas sociais, importa refletir sobre os números de casamentos, divórcios, óbitos e nascimentos—característicos de uma população envelhecida -, e acesso à educação que nos permitem compreender melhor a evolução quando falamos da esfera familiar. Contudo, não poderemos auferir que as transformações que se verifiquem tenham propriamente levado ao aparecimento de novos tipos de família ou a novas concepções. No entanto, o que aconteceu foi estas famílias ganharem um novo peso na sociedade contemporânea, como o caso dos casais em união de facto, os isolados (idosos ou não idosos), homossexuais e monoparentais, sem esquecer a predominância das famílias nucleares (Capucha, 2005).

Atendendo às diversas alterações, quer ao nível do casamento na Lei Portuguesa, e mesmo da alteração do casamento por parte da igreja católica - que permitiu aos divorciados voltar a casar -, acabamos por assistir a mais casamentos que, por sinal, se vão traduzir no aparecimento de mais divórcios, aumentando na maior parte das vezes o número de famílias monoparentais. Todavia, não podemos culpabilizar o divórcio pelo crescimento destas famílias (Capucha, 2005).

Uma vez que os próprios direitos das mulheres têm vindo a atingir a igualdade ao longo das últimas décadas, esta luta levou à procura de uma maior independência, procurando estas cada vez mais aumentar a sua literacia. Tal facto é comprovado pelos dados estatísticos (INE, 2019), que demonstram a maior presença de mulheres a homens, na frequência do Ensino Superior.

Estas mudanças nos estilos de vida em ambos os sexos, com papéis e representações sociais já mais equilibrados no que toca a direitos e deveres, leva a que se assista, nos dias de hoje, a um aumento de filhos fora do casamento, assim como de casais em regime de coabitação que demonstram o crescimento dos casais em união de facto, bem como de famílias monoparentais. Já as alterações verificadas às famílias nucleares, estas adquirem ainda um estatuto de dominantes. Importa ainda referir as famílias denominadas de isoladas, tendo estas visto um aumento atendendo, em parte, ao envelhecimento da população portuguesa comparativamente à taxa de natalidade que se mantém inferior (INE, 2018). Assim, e à luz desta dissertação, torna-se necessário clarificar o que se entende por família nuclear e família monoparental.

Ao falar-se de família nuclear, entende-se o casal com os respetivos filhos. Já a família monoparental diz respeito a uma família constituída pela mãe ou pai, que não vivam em casal, e os seus respetivos filhos solteiros (Wall & Lobo, 1999).

Quando se fala no conceito de família é necessário ter em conta que os vários significados são complexos e que existem autores com teorias e definições diferentes para caracterizar as várias famílias existentes. Este conceito foi-se alterando ao longo do tempo, passando a definir não só as famílias tradicionais e clássicas, que englobavam o pai, a mãe e os filhos. Ideias estas que, nos dias de hoje, não se devem só restringir a essa caracterização, uma vez que houve a influência de vários fatores que contribuíram para o aparecimento de novos modelos de família. Esses fatores são consequência da evolução das sociedades e da tecnologia, tais como a inseminação artificial, a adoção, a viuvez ou o divórcio (Gonçalves, 2013). No caso do conceito de família monoparental – mais recente -, este abrange a pessoa adulta, homem ou mulher que têm a seu encargo, crianças. É através do fim do casamento, resultante de divórcios, separações ou viuvez, que o adulto se encarrega do comando da família. Contudo, nas investigações realizadas a este fenómeno, depara-se que a maioria e, por isso mesmo, a responsabilidade, na maioria dos casos, cabe à mulher (Gonçalves, 2013). Ou seja, a mulher como chefe da família. Com este novo paradigma social, novos desafios surgem a estes agregados. Assistimos, todavia, a famílias cada vez mais resilientes na busca de soluções para resistirem a estas situações e as ultrapassarem. Quer com o acesso às diversas políticas sociais existentes, quer às suas redes relacionais mais próximas.

Considerado de tabu durante décadas, estas transformações socioeconómicas e culturais foram permitindo que estas “novas” famílias monoparentais obtivessem os mesmos direitos das restantes tipologias de família (Wall & Lobo, 1999), alcançando deste modo mudanças nas próprias políticas vigentes.

Uma vez que a família é, por si só, um sistema dinâmico que procura promover a transmissão de hábitos culturais ao mesmo tempo que promove a proteção dos seus elementos constituintes (Alarcão & Gaspar, 2007), vemos como o estigma social associado a este tipo de famílias consegue abalar essa estrutura. Abalo que, se estimulado continuamente pela sociedade, acaba por levar à rutura. Podemos, com isto, referir ainda outros fatores que levem à exclusão social e/ou pobreza destes agregados, como a etnia, raça ou mesmo a idade (Costa & Marra, 2013).

A sobrecarga de responsabilidades que se expressa num acúmulo de papéis é igualmente acentuada: quer de papeis sociais associados a um ambiente profissional, como a papeis pessoais, gerando sentimentos de mal-estar estar. Atoladas/os em trabalho, estes progenitores chegam muitas vezes só à noite a casa, comprometendo a participação na vida do/s filho/s. Tal leva a que muitas das vezes procurem colocar os filhos em creches ou, se possível, ao encargo de redes relacionais mais próximas, como em casa dos avós. A dimensão e rede social do/a progenitor/a facilita este processo graças a um capital emocional proveniente de uma rede social que atua como proteção. É esta rede que ajuda a manter estas famílias, muitas das vezes, longe da estigmatização e consequente da depressão, afastando-as da vulnerabilidade social (Gaulejac & Taboada-Léonetti, 1994).

## **1.2 O autoconceito no indivíduo em interação**

À medida que o jovem entra no seu processo de adultez, vão existindo diversas alterações ao nível psicológico referentes a este mesmo desenvolvimento, permitindo a afirmação e consolidação da identidade do mesmo. Como supramencionado, o desapego dos adultos de referência faz parte deste processo, na medida em que o jovem procura com a integração noutros grupos, descobrir o seu papel. É assim por meio “do explorar” que o indivíduo se questiona na tomada de decisões, levando à construção e aprimorar da sua identidade. Tal acontece por meio de um conjunto de competências humanas, como a autoconsciência, o autodomínio, a empatia, as artes de escutar, resolução de conflitos e cooperação, aliado ao impulso, e a forma como traduz a sua motivação para obter algo por meio de uma ação (Goleman, 2011).

Neste processo, os que não conseguem controlar os impulsos – numa falta de autocontrolo -, vêm-se diante de uma deficiência moral, em que a capacidade de controlar um impulso dita a base da vontade e do carácter do indivíduo, podendo levar a uma carreira delinquente – ou seja, o desenvolvimento e seguimento de um conjunto de normas, padrões de

conduta e comportamento desviante (Becker, 2008). O mesmo ocorre na socialização, com a empatia e o altruísmo, na capacidade que o indivíduo tem em conseguir ler e interpretar as emoções ou necessidades dos outros, isto possível por meio das diversas interações em que participou e visionou no seu sistema familiar e social ao longo do seu percurso. Tal ocorre por meio da consciência autorreflexiva do indivíduo, isto é: na sua capacidade de observar e registrar a experiência, incluindo pensamentos e sentimentos. Porém, na medida em que o jovem vivencia estes acontecimentos, a percepção que vai tendo sobre os mesmos vai-se alterando. O indivíduo começa a ganhar consciência dos mesmos assim como das causas e, eventualmente, suas consequências. A esta “consciência” ganha, dá-se o nome de locus de controlo (Goleman, 2011).

A escola constitui-se como ambiente fulcral nestas trocas internas e externas, contribuindo para a construção do *self* por meio do olhar dos outros, assim como da imagem que o indivíduo vai construindo de si e a forma como a percebe - ou seja, o autoconceito. Desta forma, o autoconceito da criança neste ambiente escolar potencia o desenvolvimento do autoconceito académico, sendo este integrador das competências e características necessárias que esta pensa possuir para este ambiente escolar específico (Goleman, 2011). Com isto, a criança tem a capacidade de construir uma visão de si como aluno, por meio das observações que obtém, quer dos seus professores, como progenitores. Elementos estes que têm relevo para a motivação da criança no aprender, sendo que experiências negativas levam a problemas comportamentais desajustados e a um retraimento na esfera social do indivíduo.

O autoconceito pode assim definir-se como a percepção do indivíduo organizada por meio das observações, interações e comportamentos que este tem sobre si mesmo, dependendo das avaliações feitas por outros ao seu comportamento observável influenciado pelo seu contexto sociocultural (Serra, Gonçalves, & Firmino, 1986). Esta percepção abarca diferentes áreas, desde a social, passando para a física, emocional e a académica, influenciando a percepção que o indivíduo tem do seu valor, identidade e imagem. Esta percepção e consciência pode ter um papel fundamental na forma como o indivíduo se predispõe para as suas demais interações e vivências, especialmente por as apreciações dos outros; a forma como o indivíduo desempenha as suas tarefas; a comparação do seu comportamento ao seu grupo social e o confronto com indivíduos com outros valores, dita a forma com que o indivíduo percebe a sua identidade, autoestima e autoimagem (Serra, Gonçalves, & Firmino, 1986). Isto permite-lhe responder a perguntas de “quem sou?” e do “como sou eu?” à luz das interações e respostas obtidas no seu meio. Sendo a adolescência a fase primordial na capacidade de autorreflexão e abstração do

indivíduo, formam-se diferentes autoconceitos de acordo com os papéis sociais desempenhados por este (Fiúza, 2014).

Face à complexidade do ciclo vital do indivíduo, compreende-se como a família e as interações entre os diferentes sistemas influenciam o processo de crescimento e aprendizagem do indivíduo, ajustando-se esta aos diferentes estádios de vida. É por meio deste ambiente relacional que o indivíduo se vai desenvolvendo de forma independente, tomando consciência de si. Tal ocorre quer por influência dos outros, por influência do meio, quer da própria percepção que vai detendo sobre si mesmo (Alarcão & Gaspar, 2007).

### **1.3 Locus de Controlo**

Atendendo aos diversos processos cognitivos e fundamentais no desenvolvimento do indivíduo, Julian Rotter desenvolveu, em 1966, interesse em perceber de que forma o comportamento e processos cognitivos impactavam no processo de aprendizagem e operacionalização de um indivíduo (Marreiros, 2009). Desta forma, e como referido por Soares (2007), Relvas (1984) esmiuçou como o conceito de locus de controlo apareceu à luz da Teoria da Aprendizagem Social, devolvido por Rotter (1966). Com uma abordagem cognitivo-comportamental, esta Teoria, como mencionado por (Soares, 2007):

*“procura lidar com a complexidade do comportamento humano, sem deixar de utilizar constructos definidos operacionalmente e hipóteses testáveis empiricamente”* (Rotter, 1975, cit Barros et al., 1993, pág. 17).

Desta forma, esta Teoria procura determinar os fatores que possibilitam e determinam o comportamento que o indivíduo social detém por meio da sua socialização. Isto acontece pela utilização de quatro conceitos na sua avaliação e previsão do comportamento, sendo estes: *“potencial de comportamento, expectativa de reforço, valor do reforço e especificada da situação psicológica”* (Soares, 2007, p. 47).

Por “potencial de comportamento” entende-se a probabilidade de ocorrer um determinado comportamento, mediante uma ou um conjunto de situações e mediante a obtenção de um ou um conjunto de reforços. O comportamento pode levar à expectativa gerada pelo indivíduo em, ao obter um determinado reforço, levar à probabilidade de frequência de um determinado comportamento (Soares, 2007).

Por “valor de reforço” entende-se a apreciação que estes reforços têm na visão do indivíduo, originando diferentes expectativas e que variam de acordo com os interesses do indivíduo (Soares, 2007).

No que toca à “situação psicológica”, esta diz respeito à “situação” da qual o indivíduo está a reagir, sendo necessária a perceção do contexto e vivências do indivíduo nesta análise (Soares, 2007).

Relativamente à “expectativa de reforço”, entende-se a probabilidade de um determinado reforço recebido pelo indivíduo acontecer mediante de um comportamento específico por sua parte e avaliado por ele mesmo (Soares, 2007).

Atendendo à importância do fator “expectativa” na vida do indivíduo, importa referir em como as expectativas são variáveis, dependendo do meio e das situações particulares em que se inserem. Todavia, uma vez que o ser humano é um “animal social” no que toca às interações que estabelece com o meio externo a si, é esperado que vá acumulando experiências, traduzindo-se estas em expectativas generalizadas face à semelhança de alguns aspetos destas mesmas experiências. Assim encontra-se o locus de controlo, “como expectativa generalizada mais importante” (Soares, 2007, p. 48). Este conceito tornou-se assim transversal ao trabalho desenvolvido por Rotter, tendo-se relacionado com a teoria de atribuição de Fritz Heider – tal acontece pela forma como o autor vê o indivíduo operar na forma como interage com o meio, quer interno, como externo, procurando compreender este as causas e consequências, quer do seu comportamento, como o dos outros. Aliado a esta leitura do indivíduo, está a importância do reforço na persecução que o indivíduo tem nos seus comportamentos e consequências/impactos.

Como referido por Relvas (1995) e retomado por Soares (2007), todo o ser humano por meio da sua interação, percebe os diversos acontecimentos que lhe ocorrem ou que atuam de forma diferente. Aos acontecimentos únicos e causados pelo indivíduo, encontramos o controlo interno deste face aos mesmos, tendo o resultado da sorte, do acaso ou das ações de outras pessoas poderosas como fatores externos ao comportamento. Assim, torna-se perceptível como um indivíduo que tenha consciência e, sobretudo, controlo sobre acontecimentos da sua vida, apresente um locus de controlo interno. Porém, se um indivíduo se depara com acontecimentos que ocorrem fora do seu “controlo”, estes apresentem um locus de controlo externo. Desta forma, podemos aferir como o conceito de locus de controlo – e para além do já refletido no ponto anterior deste capítulo -, se traduz numa expectativa aprendida em contexto social, originada pelas experiências antigas do indivíduo e que variam de acordo com a mesma

(Soares, 2007). Algo que pode, inclusive, nortear os papéis sociais de um indivíduo por meio da expectativa, ação e/ou reforço que recebe aquando execução de determinado comportamento.

Ao longo dos anos decorreram diversos estudos por forma a compreender as praticidades da avaliação da internalidade e externalidade nos indivíduos, destacando-se os estudos, e como referidos por Soares (2007): Rotter (1966), Phares (1978) e Barros *et al* (1993), que indicam que indivíduos com tendência para a internalidade:

*“tendem a desenvolver mais esforços de realização, a estarem mais atentos aos aspetos do meio ambiente que fornecem informações úteis para o seu futuro comportamento, mostrando-se mais resistentes a serem influenciados”* (Soares, 2007, p. 50).

Aliado ao facto de que estes indivíduos conseguem ser ainda mais tolerantes e sociáveis, o inverso verifica-se nos indivíduos a tender para a externalidade e, com isto, que atribuem as causas dos eventos aos outros. Estes indivíduos:

*“mostram-se mais agressivos, dogmáticos, desconfiados de si e dos outros, utilizando mais mecanismos de defesa. Em alguns casos uma forte internalidade pode levar a acentuados sentimentos de culpa quando algo corre mal. mostram-se mais agressivos, dogmáticos, desconfiados de si e dos outros, utilizando mais mecanismos de defesa. Em alguns casos uma forte internalidade pode levar a acentuados sentimentos de culpa quando algo corre mal”* (Soares, 2007, p. 50).

A presença assim do locus de controlo no indivíduo varia mediante as suas convivências e interações sociais, moldadas pelas experiências, podendo influenciar determinados comportamentos face ao reforço que o indivíduo detém (Soares, 2007).

Podendo a internalidade-externalidade de um indivíduo variar de acordo com a idade e seu meio social interno como externo, ao longo do tempo foram elaboradas diversas escalas para avaliar o locus de controlo, destacando-se para esta dissertação a escala de IPC (Internal, Powerful Others and Chance) de Hanna Levenson (1972), estando esta traduzida e validada para a população portuguesa por Relvas *et al.*, (1989).



## **2. Identidade e comportamentos de risco na adolescência**

À medida que se percebeu a identidade como algo que pode ser explicado psicologicamente e que explica porque um indivíduo age de determinada forma, procurou-se explicar como se processava a formação e o desenvolvimento da identidade.

Tanto a formação como o desenvolvimento da identidade começaram a ser estudados no contexto de inserção social do indivíduo e não de modo isolado e segundo uma ótica individualista (Costa & Campos, 1986). Pioneiro nestes estudos, Erikson (1968) desenvolve a Teoria Psicossocial colocando a tónica nas interações dos indivíduos com os pais, a família, as instituições sociais e a cultura. Integrando uma componente biológica, de organização da experiência pelo próprio indivíduo e de influência do meio social, a identidade configura-se com um significado, forma e continuidade que dão uma existência única a cada ser (Costa & Campos, 1986).

Segundo Erikson (1999), o desenvolvimento psicossocial processa-se implicando a adoção de um estilo consistente de organização da experiência, a reestruturação da identidade desde a infância e a incorporação de papéis que o meio social oferece. A identidade é assim definida por Erikson de forma interdisciplinar, visto que a carga biológica aliada à organização pessoal fruto da experiência do indivíduo e ao seu meio sociocultural, contribuem para dar ao indivíduo significado, forma e continuidade (Costa & Campos, 1986).

O indivíduo, através das interações sociais que estabelece com o meio sociofamiliar, sofre a sua influência e elabora a experiência vivida desenvolvendo pensamento próprio que, a par dos valores, irão nortear o seu agir (Fleming, 2004). Erikson considera que em cada um dos oito estádios que constituem o ciclo de vida o indivíduo enfrenta um dilema particular em que desenvolve atitudes básicas que marcam a sua evolução como ser social e contribuem para o desenvolvimento da sua identidade. Estas atitudes básicas surgem em cada estágio como orientações polares, em que o indivíduo pode emergir de cada um deles com um sentido de si próprio reforçado ou debilitado (Costa, 1986). De notar que as orientações polares são momentos de crise, de re-síntese ativa do ego, que implicam que o indivíduo perante soluções contraditórias, tenha de tomar uma decisão. Quando o conflito se resolve com sucesso, o indivíduo experimenta um sentido aumentado de competência numa competência social específica.

Para Erikson, a primeira fase de desenvolvimento e que ocorre até perto dos 18 meses de vida diz respeito à Confiança Básica vs. Desconfiança Básica (I), que comporta um dilema entre a existência, ou não, de confiança face à interação que as crianças têm com os seus cuidadores.

É por meio da segurança íntima em relação a si e aos outros que potenciam o sentimento de confiança da criança e que surge ao ver as suas necessidades satisfeitas. O oposto leva a criança a enveredar pelo caminho de receio, insegurança que pode influenciar os seus padrões de comportamento, como por exemplo a dificuldade no estabelecimento de interações gratificantes. É por meio desta experiência que se constitui o primeiro sentido de identidade, já que possibilita a que a criança desenvolva posteriormente a capacidade de explorar e experimentar, alargando assim as suas próprias competências motoras, sensórias e cognitivas (Collins & Srinthall, 1994). Erikson acreditava que a mãe tinha um papel fundamental no desenvolvimento da confiança, não só pela sua capacidade em atender às necessidades da criança, assim como permitir à criança sentir-se confiante ao ponto de ganhar consciência de que é um ser único, em que a separação progressiva da mãe impacta na sua autonomização progressiva (Fleming, 2004).

Posteriormente, e até aos três anos de idade, dá-se a fase caracterizada pela Autonomia vs. Vergonha e Dúvida (II), em que estas crises bipolares levam a que a criança exerça a sua vontade própria, aliada pelos seus impulsos, assim como a contradição face às diversas normas e regras sociais da qual a criança começa a integrar. Através desta procura pelo equilíbrio na resolução desta crise, a criança explora-se a si e ao meio exterior, que lhe deverá permitir e encorajar à sua autonomia e vontade, fundamental para a construção de uma identidade. A criança passa a controlar novas funções motoras e capacidades de linguagem que reforça a sua autonomia. Porém, a falta de suporte parental na aprendizagem destas habilidades leva à vergonha, à dúvida de si mesma, levando a que a mesma se retraia. Tal pode ocorrer pela falta de limites impostos pelos pais, ou de regras e normas, como por exemplo a aprendizagem do significado da palavra “não” (Fleming, 2004). Sendo a vergonha e a dúvida uma base para o desenvolvimento da moralidade, torna-se necessário um balanço harmonioso entre estas duas condições.

O estágio de Iniciativa vs. Culpa (III), que ocorre dos três aos cinco anos, revela-se como um prolongamento da fase anterior, levando ao amadurecimento das capacidades aprendidas pela criança. Esta passa a ter a capacidade de distinguir o que poderá ou não fazer, vendo nos pais figuras significativas e que desempenham papéis que passa a imitar. A linguagem ajuda como elemento construtor da realidade, permitindo a iniciativa por meio da conversa com os outros, expondo questões, necessidades, desejos, sentimentos e pensamentos, o que lhe ajuda

neste jogo de “imitação de papéis”, influenciado a construção identitária. Por meio desta iniciativa e consciente da sua independência, começa a ter noção do que faz, explorando-se a si e ao mundo. Todavia, na falta de apoio parental ou crítica excessiva aos esforços da criança, a culpa surge, aliado ao sentimento de medo de não conseguir fazer bem o que faz, ajudado pela sua própria capacidade de autocrítica. O sucesso neste estágio torna-se fulcral para o desenvolvimento da identidade, não só pela capacidade de representar papéis sociais, mas também pelo sentimento moral do qual a criança tem a capacidade de distanciar-se dos sonhos e das fantasias, tendo noção do real e, conseqüentemente, dos limites existentes. Esta não interiorização das normas e regras de conduta poderá levar a constrangimentos internos que poderão dificultar o futuro desenvolvimento da criança, podendo fechar-se no seu medo e insucesso, recusando a iniciativa e comprometendo a sua autonomia (Fleming, 2004).

A quarta fase de desenvolvimento segundo Erikson (1999) dá-se dos cinco aos treze anos, correspondendo à Produtividade vs. Inferioridade (IV). As competências aprendidas nas fases anteriores – confiança, autonomia e iniciativa – desenvolvem-se e aumentam, permitindo à criança um melhor controlo dos seus impulsos, sendo esta capaz de antecipar uma gratificação que poderá existir por meio de uma recompensa. Esta sente-se produtiva, esforçada e responsável, em que passa a interagir também com o meio escolar, não circunscrevendo somente as suas interações com o grupo familiar. Por meio do elogio e da recompensa, tanto o meio familiar como o escolar, podem reforçar positivamente a autoestima da criança, importante para a formação do seu autoconceito. Torna-se assim uma etapa decisiva por meio da interação que esta passa a ter com os seus pares, levando-a a sentir apta, produtiva, capaz e competente nas suas tarefas nesta divisão do trabalho e de oportunidades diferentes entre pares. Torna-se desta forma o primeiro impacto que tem com o mundo do trabalho (Teixeira, 2009). A criança que está mal preparada para a escola, ou que não disponha das ferramentas para aprender com a experiência da vida inerentes às fases anteriores, irá sentir-se inferior (Fleming, 2004). Esta inferioridade poderá levar a bloqueios cognitivos e a atitudes regressistas, muito por conta de que a integração na escola representa um momento de relações interpessoais importantes (Erikson, 1999), do qual a mesma começa a antecipar papéis sociais futuros por meio desta socialização mais intensa e rica por meio da observação, pelo contacto com outras crianças, professores e outros adultos (Teixeira, 2009).

É por meio destes estádios que as crianças passam por um conjunto de experiências e oportunidades que promovem o seu desenvolvimento, assumindo especial importância na quinta fase. A Identidade vs. Confusão de Identidade (V) ocorre dos treze aos vinte e um anos, e marca o período da adolescência. O jovem adquire a sua identidade psicossocial, levando a

que o adolescente inicie a sua busca pelo seu papel no futuro tendo em conta todas as suas competências e experiências (Teixeira, 2009). Por meio desta crise de adolescência o jovem, com a sua capacidade de abstração, perspectiva-se em papéis sociais futuros, o que lhe confere a possibilidade de se descobrir e conseguir organizar e lidar com a realidade em que se encontra ao ser capaz de refletir sobre si próprio e sobre os outros (Erikson, 1999). É por meio da interação que o indivíduo faz com o meio que dispõe de um conjunto de ferramentas que lhe permita escolher a área profissional futura, sendo que são as condições que este meio oferece e ofereceu ao indivíduo que potenciam a resolução mais ou menos ajustada nesta crise (Teixeira, 2009). Sendo estes processos internos, a construção da identidade do jovem depende igualmente do contributo de pessoas significativas e que façam parte do leque de referência do jovem. Estas pessoas atuam como modelos a seguir, ajudando o jovem a compreender o que de si é esperado, especialmente por os padrões da sociedade estarem em permanente alteração (Collins & Srinthall, 1994). Face a estas dinâmicas, torna-se necessário o sentido de fidelidade por parte do adolescente relativamente a princípios, ideias e valores influenciadores da construção da sua identidade (Erikson, 1999).

Nesta fase, o conflito centra-se na crise de identidade à medida que o adolescente consciencializa a necessidade de formar um sentido integrativo da identidade pessoal. Se a resolução da crise for positiva, significa que foi possível desenvolver um autoconceito integrador (imagem corporal, autoestima); se a resolução da crise for negativa, significa que o indivíduo poderá sofrer de ansiedade, indecisão e solidão (Costa & Campos, 1986), potenciado pelas alterações que ocorrem a nível escolar, profissional, familiar e sexual do indivíduo, aliado a transformações biológicas que o transitam para a vida adulta. Partindo do pressuposto que a criança desenvolveu corretamente a confiança, autonomia e iniciativa, esta consegue ser mais perseverante, esforçada. Ao mesmo tempo, consegue controlar melhor os seus impulsos fruto deste equilíbrio que representa uma forma de integrar melhor o meio em que se insere (Teixeira, 2009).

Após este período, a sexta fase de desenvolvimento, caracterizada de Intimidade vs. Isolamento (VI), acontece dos vinte e um até cerca dos quarenta anos, dizendo respeito ao indivíduo jovem adulto. Esta fase caracteriza-se pelo estabelecimento de maiores relações significativas, quer seja por meio da amizade, sexo, competição ou cooperação. Nestes relacionamentos é esperado uma maior intimidade com os parceiros do sexo oposto ou a confusão bissexual, sendo também o período em que muitos dos indivíduos casa e constitui família. Situações moldadas pela associação, amor do indivíduo e maturação própria (Erikson, 1999). Porém, em caso de relações falhadas, o sentimento de solidão e isolamento aparece. Este

estado é pautado pela maturidade do indivíduo, sendo que mesmo que não ocorra por volta dos seus vinte anos, muitos indivíduos só a obtêm até estarem pelos trinta anos. Porém, atendendo às transformações contantes do mundo, o alcançar da maturidade e da independência toma mais tempo comparativamente a sociedades passadas, à medida que as problemáticas e ambições sociais e profissionais atingem novos patamares (Erikson, 1999).

A sétima fase do desenvolvimento, Produtividade vs. Estagnação (VII), que ocorre dos quarenta anos até aos sessenta anos diz respeito à fase adulta. Caracteriza-se por relações significativas para o indivíduo no trabalho assim como na partilha experimentada por este no lar, com a capacidade de criar e cuidar (Erikson, 1999). Tal acontece em especial pela preocupação para uma vida vivida com sucesso, produtiva, havendo o risco de o indivíduo estagnar, podendo levar a uma crise de meia-idade e de sentimentos de invalidez. Por sua vez, a oitava e última fase, Integridade vs. Desesperança (VIII), que ocorre para além dos sessenta anos, assenta no aceitar da sua vida corrente assim como do que conquistou com ela. Acaba por existir uma maior identificação com a classe a que pertence, sendo que o enfrentar aquilo que não foi, ou que ficou aquém, revelar-se à doloroso, com sentimentos de desesperança e desespero, com uma confusão de valores, ao invés que o encarar a idade da reforma com sentimento de realização diz respeito à compreensão da sabedoria do indivíduo e de integridade, confiando no que foi.

Torna-se assim possível compreender, e à luz do foque da presente dissertação, como não se pode cingir somente à escola esta capacidade de transmissão de conhecimentos. Esta deve-se ao desenvolvimento que a criança tem nos seus primeiros anos de vida, até à entrada na vida escolar. Percebe-se como é indispensável ter-se em consideração a influência dos diversos agentes de socialização, bem como a intensidade das redes de sociabilidade (Lopes, 2010) que contribuem para estes processos (Falco & Kuz, 2016).

Porém, para jovens com dificuldades, com percursos de vida perturbados, estes têm o seu desenvolvimento comprometido em diferentes etapas. A falta desta confiança e necessária para a segurança da criança e jovem pode traduzir-se num futuro em relações discriminatórias ou até a capacidade de o jovem estabelecer relações duradouras. Tais comportamentos potenciam o surgimento de sentimentos de insegurança, causadores de inibição na afirmação da própria identidade, levando a uma confusão dos papéis que têm a desempenhar. Relacionado a esta realidade, está a possível delinquência ou perturbação na identidade do indivíduo (Teixeira, 2009). Atendendo à plasticidade do cérebro e suas conexões (Falco & Kuz, 2016, p. 45) quanto mais cedo for realizada uma intervenção, maior a capacidade de se reconstruir e construir novos processos cognitivos que permitam aos jovens a resignificação de qualquer

experiência/momento negativo que detêm da sua história de vida. Com isto, a (re)socialização do mesmo na interação com que faz de forma interna, e externa. Ou seja, procurar a consciência dos sofrimentos inerentes às experiências iniciais no contexto familiar (Teixeira, 2009).

## 2.1 Identidade e seus Estatutos

A construção da identidade acontece desde o tenro desenvolvimento da criança e à medida que esta vai resolvendo os seus conflitos psicossociais, sendo que na fase da adolescência esta entra em crise, fruto das transformações que ocorrem e na vontade do indivíduo de se perspetivar em papéis futuros. Ou seja, no seu processo de adultez. A percepção que o indivíduo tem de si próprio, ou seja, do “eu” e a forma como o mesmo é visto pelos outros contribui para o solidificar desta identidade; se tal não acontecer, estamos perante o que James Marcia (1966) definiu como “*identity diffusion*” (Erikson, 1999). Partindo do próprio significado de *diffusion*, “difusão”, como “algo” pouco conciso ou redundante, a difusão da identidade diz respeito à procura constante que o indivíduo alienado realiza na busca do “eu”, sem ter qualquer sentido “*de passado ou de futuro*” (Erikson, 1999, p. 200). Nestes processos e alterações psicológicas está a importância de estruturas sociais na vida do indivíduo que permitem que quer a identidade, quer o autoconceito do indivíduo, permaneça (Costa & Campos, 1986).

No sucesso deste processo de exploração e investigação do indivíduo, este vai adquirindo novas percepções e ganhando consciência de si mesmo, afirmando a maturação na construção da sua identidade. É assim algo multidimensional, dinâmico, não sendo subjetivo pelas múltiplas interações que o mesmo estabelece (Andrade, 2016). Em suma, e como apontado por Erikson (1968), pode definir-se a identidade como um elemento que integra as dimensões do indivíduo, quer seja biológica, como social, sustentada nas suas experiências, e que lhe dão sentido à trajetória de vida (Andrade, 2016).

Todavia, importa não esquecer em como o adolescente lida com as transformações que ocorrem, quer interna como cognitivamente, realizando este malabarismo com aquilo que o meio mutável lhe pede, dá e espera. São estes conflitos que permitem a convergência na síntese do Ego que permite o desenvolvimento da identidade.

Como refletido no ponto anterior, a fase da adolescência coincide com um período de vida do qual o indivíduo se vê obrigado a realizar um conjunto de escolhas, caracterizando-se por ser algo assustador, do qual o mesmo não possui “um manual” que o oriente. Isto dá-se em especial pela constatação dos diversos códigos pelos quais os adultos se regem, por vezes

bastante diferentes do que aqueles estabelecidos pela sociedade. Compreendendo que a identidade assume-se como elemento da realidade subjetiva do indivíduo em interação com a realidade social, sendo a figura do adulto uma referência para o adolescente, a constatação de que os adultos que lhe falam de regras, normas e valores de conduta são eles próprios suscetíveis de os quebrar, leva a uma realização do quão complexa é a vida e o próprio desenvolvimento pessoal (Erikson, 1999).

Uma vez que a realidade social do qual o indivíduo interage e explora está em constante mutação, compreende-se o efeito que a mesma tem na cristalização, na manutenção e na modificação da identidade do indivíduo. Quer seja por eventos históricos ou acontecimentos experimentados pelo indivíduo, a identidade deriva desta relação dialética entre o indivíduo e a sociedade. Para tal, a linguagem, como veículo de comunicação, assume a sua relevância ao afirmar e confirmar ao indivíduo a pessoa que é (Luchmann & Berger, 2010). Influenciado igualmente pelas suas figuras de referência, transmissoras não só de regras sociais, como de modelos de papéis sociais que o indivíduo poderá vir a representar, não só na atualidade, como na sua trajetória de vida futura. Estas interações vão sendo progressivamente assimiladas por ele (Papalia, Feldman, & Olds, 2001), classificando-o a si e aos outros, possibilitando o seu desapego com os adultos de referência, em busca da sua autonomização (Andrade, 2016). Algo só possível de acontecer se estas suas figuras de referência se revelarem plausíveis ao indivíduo e que possibilitem este manter a sua autoidentificação por meio de um meio que lhe confirme essa mesma identidade.

Após o alcançar da identidade, por meio deste processo de legitimação que se traduz na produção de novos significados integrados às experiências passadas do indivíduo, se constrói a biografia individual que se vai alterando de acordo com o que o adolescente espera de si, assim como dos outros. A convivência social assume, como já referido, especial importância, por meio do se afirmar, como no agora, como para o seu futuro. Isto permite ao jovem a construção de um grupo de outros elementos significativos que lhe permitam validar o seu papel social e que permita esta transformação identitária. Esta capacidade permite ao indivíduo chegar à “fidelidade” ao confiar nos outros, em si próprio, assim como na procura do seu propósito, evitando a difusão (Erikson, 1999). Na falta desta fidelidade, de olhar para os outros com respeito e sentido moral, a vida adulta será marcada pela falta de confiança – gerador de timidez – assim como um confronto com ideias não defendidas pelo meio sociocultural do qual este faz parte.

Os estudos de James Marcia (1966) ajudam-nos a compreender melhor de que forma o desenvolvimento do indivíduo influencia a sua identidade. Uma vez que o correto

desenvolvimento do indivíduo se dá por meio da superação de certas crises psicossociais, podemos falar em três momentos de crises, sendo estas a pós-crise, crise e ausência de crise. Aliada a estes momentos, existem três tipos de crises, sendo estes as primárias – que envolvem uma reavaliação direta na identidade do indivíduo -; secundárias – reflexões sobre caminhos alternativos explorados pelo indivíduo -; emocionais – reação emocional a uma situação (Erikson, 1999). Estes momentos e tipos de crise decorrem dos investimentos feitos pelo indivíduo na sua vida e de ações que implementem essas mesmas escolhas e que o preparem para papéis futuros. Ou seja, o desenvolvimento de identidade manifesta-se pela capacidade que o indivíduo tem em realizar novos investimentos, sucedendo aos seus anteriores. É por meio desta certeza que o indivíduo se afirma para os seus papéis futuros. Sucede assim que cada uma das fases da identidade definidas por Marcia são definidas pela presença ou ausência das dimensões de crise e investimento.

A fase de *identity diffusion* descreve-se como poucos ou nenhuns compromissos com um outro indivíduo, crenças ou princípios, dando o indivíduo primazia à vivência de cada momento. Existe uma grande variedade de padrões emocionais, respondendo à realidade externa sem questionamento ou procura de alternativa. O estatuto de *identity foreclosure* diz respeito à incapacidade de o indivíduo conseguir fazer escolhas, sendo este mais orientado pelos outros do que por si. Tal deve-se às barreiras erguidas pelo indivíduo, sendo estas quer por defesa pessoal, ou impossibilidade de obter segurança ou conforto. Ou seja, verifica-se uma dificuldade moldada pelo medo em se afirmar enquanto indivíduo autónomo e, conseqüentemente, de assumir as suas responsabilidades e liberdade (Erikson, 1999). Outra das fases descritas por Marcia diz respeito à *identity moratorium*, que descreve um indivíduo frustrado, preocupado, ansioso, sensível, que procura dar uma pausa. Isto permite-lhe explorar, quer a si, quer a realidade que o rodeia. Apesar das semelhanças com a *identity diffusion*, na moratória existe um sentido de esta “pausa” ocorrer como uma alternativa, e não algo que se irá perpetuar no tempo. É uma forma de o indivíduo ultrapassar a crise em que se encontra por meio da experiência e investimento (Erikson, 1999). Traduz-se assim numa procura ativa do indivíduo para ao conhecer, estar apto a assumir compromissos. Exemplos de onde podemos encontrar este tipo de identidade é em alunos caloiros e de segundo ano de cursos universitários.

Por último, Marcia descreve a *identity achievement*, pautada por sentimentos de confiança, estabilidade, o indivíduo encara o futuro de forma otimista, estando consciente das eventuais dificuldades a encontrar. Em suma, é uma identidade realizada, em que o indivíduo está em harmonia, não só consigo, mas com os outros, nesta identidade própria que se forma.



É a dinâmica destes processos de formação que possibilita o elevado desenvolvimento do Ego (Erikson, 1999).

Apesar de alguns estatutos serem estáveis, podem ser alvo de mudança dependendo da existência, ou não, da necessidade de o indivíduo redefinir a sua identidade, escolhas e investimentos, algo que depende das condições socioculturais de onde se insere. Esta manutenção, cristalização ou reestruturação da identidade permite uma capacidade cognitiva mais complexa, levando a alterações na percepção que o indivíduo detém de si e na sua autonomia ao conhecer o seu passado, presente, perspetivando o futuro. A família e o ambiente escolar adquirem um lugar de relevo neste período de adolescência, permitindo encorajar ou desencorajar estas atitudes de busca pela independência, assim como pela quantidade de informações que o indivíduo assimila e filtra. É com isto que este se vê capaz de se questionar para, em última instância, se ver capaz de tomar decisões, arcando com as suas consequências.

Porém, quando referimos indivíduos inseridos em estratos sociais mais baixos na hierarquia social, com carências económicas, ou até mesmo de indivíduos isentos de laços e relações significativas na sua vida, esses fatores poderão contribuir negativamente para a formação e/ou manutenção da identidade do mesmo. Ou seja, estes processos sociais inerentes aos contextos pelos quais o indivíduo circula e se envolve, sendo determinados pela estrutura social dos mesmos, leva a novas formas de o indivíduo interagir com os outros (Luchmann & Berger, 2010). Sem a existência de qualquer tipo de alteração na vida do indivíduo ou, até mesmo, intervenção, vai acontecendo uma manutenção da sua identidade que é validada por meio das suas figuras de referência ou ambiente. Isto pode resultar em indivíduos mais nervosos, ansiosos, impulsivos, solitários e desobedientes (Fiúza, 2014).

Ainda decorrente das situações mencionadas, pode acontecer uma entrada em meio escolar comprometida pelo choque cultural e violência simbólica presentes na organização escolar. Ou seja, assiste-se a uma alteração às experiências anteriores e que podem alterar a visão de que o indivíduo tem de si mesmo.

Não obstante as realidades apresentadas, acontece ainda que, à luz das transformações que acontecem na sociedade portuguesa, existe um retardamento do indivíduo na entrada no mercado de trabalho. Com efeito, leva a uma maior dependência dos pais/cuidadores que poderá levar à incapacidade de o indivíduo lidar com o lado emocional com o enfrentar destas questões, e impossibilitando a sua autonomia e afirmação do seu *self* (Andrade, 2016).

## 2.2 O Comportamento Desviante na adolescência

É na etapa da adolescência, como já evidenciado no capítulo anterior, que começam as mudanças físicas, normalmente com aceleração repentina do crescimento do jovem, seguido do desenvolvimento dos órgãos sexuais e das características sexuais secundárias. Nesta etapa enfrentam-se riscos, características comuns e intermediárias na fase da adolescência, quando os jovens experimentam comportamentos adultos à medida que desenvolvem a sua consciência e capacidade de tomar decisões (Martins, 2005). Os adolescentes não são ainda considerados futuros adultos, mas, no entanto, devem ser levados a sério, em que parte da família a educação para estimular a criança na comunicação e em fazê-la ouvir. O desenvolvimento ocorre através de interações, sendo estas recíprocas e dinâmicas entre indivíduos (caraterísticas biológicas, intelectuais e de personalidade) e os contextos envolventes (grupos, comunidades e a sociedade). Desta forma, tanto a infância como a adolescência devem ser compreendidas como fase do ciclo de vida familiar que envolvem tarefas específicas a serem desempenhadas por todos os membros. A construção identitária da criança e do adolescente é construída pela sua autoimagem de valores, sentimentos e opiniões, diferenciando-os uns dos outros. A adolescência depende assim de uma autonomia que envolve responsabilidades, implicando muitas vezes um desequilíbrio familiar que requer da família a adaptação e capacidade de compartilhar com esse adolescente que passa a ocupar novos direitos, deveres e papéis sociais. Tal acontece por a adolescência ser um período de transição e transformações quer físicas, como psíquicas (Martins, 2005).

Atendendo a estas incertezas que marcam esta fase para o jovem, acontece que o adolescente acaba por desafiar as regras que lhe são impostas, gerando com isto conflitos nas diversas relações que estabelece e que moldam a forma como se comporta nesses determinados cenários. Com isto, pode acontecer o jovem desviar-se do que seria a sua trajetória de vida, em que a persistência destes comportamentos que podem ser de risco, leva a que a delinquência esteja associada à juventude (Guimarães, 2012).

O desvio é entendido como um fenómeno complexo e que está inserido em toda a esfera social e interações nelas estabelecidas. Este interrelaciona-se com as normas pré-estabelecidas pela sociedade e contexto em que o indivíduo se encontra. Sendo um conceito amplo, o mesmo abrange questões «*tão dispares como o crime, a sexualidade, a droga, a doença ou a morte entre outros*» (Carvalho, 2003, p. 11). Deste modo, a definição de comportamento desviante comporta três dimensões: (i) a normatividade de uma sociedade, referente ao que se considera

desviante no contexto em que se está inserido; a (ii) a frequência com que os atos acontecem; (iii) a relação entre o desvio e as sanções a ele aplicadas, de forma a “*deter, corrigir, prevenir e/ou punir atos desta natureza*” visto que cada sociedade os define (Carvalho, 2003, p. 13). Para além da questão “sociedade”, estão igualmente os grupos a que o indivíduo está ligado e aos papéis a desempenhar no seio deles. Todavia, é algo que varia pelos grupos sociais e culturalmente dominantes. Assim,

*“o desvio [é] definido como a infração das regras sociais estabelecidas num determinado grupo, por outro, visto como uma categoria semântica a partir da qual certos atores sociais são rotulados por outros do mesmo grupo numa perspetiva que emerge do contexto social onde se desenrola a interação entre todos.”* (Carvalho, 2003, p. 20).

Quando a rede da criança e do adolescente permite uma qualidade efetiva e confiável, ela proporciona o bem-estar, mas se houver deterioração na interação dos jovens, a sua qualidade na rede social deteriora-se. Assim, estes riscos fazem com que as crianças e adolescentes passem por um fenómeno de vulnerabilidade social, que repousam em situações de rutura e crise identitária relacionadas com o enfraquecimento das redes sociais. Exemplos destas questões são jovens com falta de vínculos afetivos nos demais espaços de socialização, situação de pobreza e/ou exclusão social, a passagem repentina da adolescência para a infância, a falta de educação, a falta de recursos mínimos para sobrevivência, a exploração do trabalho infantil, entre outros contextos expostos a riscos e perigos (Alves, 2007).

Com as demais transformações sociais, económicas, políticas e tecnológicas, o risco e a incerteza estão presentes no dia a dia. Os grupos mais vulneráveis às transformações e mudanças na sociedade são as crianças e jovens que estão inseridos num contexto social mais desfavorecido, predominante de dinâmicas familiares sujeitas ao desemprego, ao alcoolismo, à toxicodependência e ao crime (Santos B. D., 2004). Com isto, pode acontecer a não efetivação dos cuidados parentais por parte dos progenitores, expondo ou agravando ainda mais as suas crianças a estas situações de vulnerabilidade. Em consequência, pode dar-se a institucionalização dos jovens.

Como refere Winnicott (1987), este descreve que a delinquência pode ser fruto da ausência de figuras parentais, como no caso de adolescentes institucionalizados. O mesmo autor salienta que a criança, assim como o adolescente, precisa de passar pelo processo de identificação das figuras parentais para o seu desenvolvimento, o que na ausência destas tendem a evidenciar comportamentos antissociais gerados pela consequência da ausência da esperança no seio

familiar (Winnicott, 1987). A ausência de referências afetivas nas primeiras fases do desenvolvimento infantil acarreta inseguranças nas primeiras fases do desenvolvimento infantil, podendo influenciar as relações sociais que geram prejuízos psicossociais, cognitivos e comportamentais (Winnicott, 1987).

Por meio destas transformações sociais referenciadas, torna-se fundamental destacar de que ao se referir à delinquência, é necessário compreender como o seu significado e explicação são diferentes e variam de acordo com a natureza da mesma. Isto é, tanto podemos falar do conceito de delinquência que se aplica ao julgamento generalista da opinião pública, e pautado pelas normas e crenças culturais, como se pode falar da delinquência por meio das políticas vigentes e épocas, e que determinam, ou não, a sua existência. Ainda, por último, sucede a interpretação do conceito de delinquência à luz das investigações das ciências sociais que a procuram compreender (Carvalho, 2003). Em suma, definir delinquência é algo complexo, que tem em conta diferentes variáveis biológicas, comportamentais e cognitivas do indivíduo. Ainda associada a estas, está o contexto, como palco destas manifestações.

Desta forma, a delinquência pode surgir aliada a estas questões, como refletido por Binder (2001), sendo *“uma subcategoria do comportamento desviante reportada a condutas desenvolvidas por crianças e jovens na quebra ou violação do estabelecido em quadros jurídicos”* (Carvalho, 2003, p. 37). O que pode ser considerado como correto no meio de um determinado grupo, pode ser reprovado socialmente em outro contexto. De facto, nem todos os comportamentos são conotados de delinquentes já que nem todos os delitos se enquadram nessa classificação. Com isto, Becker (1963) referiu que a rotulagem de um jovem como delinquente constituía, por si só, uma atitude de defesa por parte dos adultos *“para lançarem sobre os mais jovens o peso dos seus próprios erros”* (Carvalho, 2003, p. 39). Assim surge a necessidade de se compreender o que leva a esta rotulagem já que é aí que se encontra o cerne das questões.

O conceito de delinquência juvenil tem vindo a estar diretamente ligado a entendimentos coletivos e a imagens construídas em torno da infância e juventude, que têm surgido como *“uma fase da vida que oscila entre a inocência e a vulnerabilidade, por um lado, e a ausência de padrões morais e o perigo da delinquência, por outro”* (Duarte, Santos, Cruz, & Grangeia, 2015). Esta problemática tem-se vindo a propagar por todo o mundo tomando proporções com maior precocidade, intensidade e frequência, em especial pela era da globalização. Apesar de tamanhas evoluções sociais, as desigualdades sociais atingiram novos patamares, quer por novos estilos de vida incompatíveis que saem das grandes cidades para áreas mais pequenas, como pela segregação que novas interações trazem, levando a oportunidades de vida desiguais (Carvalho & Duarte, 2013).

Sendo a adolescência uma fase propícia à transgressão por parte do jovem na sua experimentação de papéis com a busca de autonomia e atitude de desafio perante adultos e seus semelhantes (Bertol & Souza, 2010), a discrepância nas desigualdades sociais e as diferentes hierarquias sociais potencia a que os jovens pratiquem cada vez mais atos antissociais, dos quais estão englobados a agressão física, furtos, roubos, conduta contra as normas, vandalismo sendo os motivos diversificados variando tendo em conta fatores externos, internos, sociais e/ou familiares que são inerentes ao indivíduo (Bonavente, 2002).

No que reporta à adolescência, a relação com a transgressão mantém-se, sendo que esta última é necessária para o seu desenvolvimento e crescimento e para o processo de aquisição de novas formas de socialização. Por sua vez, a transgressão surge associada e relacionada com estratégias que visam a procura de solução de um conflito no sentido de adaptação (Bonavente, 2002), tornando-se algo comum para a aprendizagem, como forma de se adquirir novos esquemas mentais. A ausência de vinculação, a dificuldade de se integrar no grupo de pares e a ausência de vínculos familiares origina sentimentos de marginalização e exclusão que poderá explicar em grande parte o fenómeno da delinquência juvenil. A reorganização da ligação para com os pais é dominada por um duplo desafio como a necessidade da separação e a conquista de autonomia, que leva muitas vezes a que os adolescentes procurem os limites que conduzem à transgressão. Neste sentido, dá-se a negociação de novos laços objetos na infância e a ligação a novos objetos, que pode originar o “desvio” (Bonavente, 2002). Segundo Dias & Andrade (2011) a delinquência juvenil envolve uma vasta gama de comportamentos contrários às normas legais e sociais e a sua classificação diverge, tendo em conta a cultura, os valores, as leis e as normas de uma sociedade. Assim, a delinquência juvenil é analisada pelo

*“continuum que vai das atividades julgadas pelos adultos como impróprias para um menor (as relações sexuais, o consumo de álcool, desafios á autoridade...), aos delitos que o código penal define com precisão (roubo, furto, assalto...), passando pelos comportamento proibidos pelas leis e regulamentos editados especialmente para os adolescentes (a condução de automóvel, a frequência escolar, a aquisição de bebidas alcoólicas...)”* (MarcLeBlanc, Ouimet, & Szabo, 2008, p. 298).

A definição deste conceito encerra uma dupla referencialidade: jurídico-legal e sociológica. Numa visão sociológica sobre este fenómeno, este define que os comportamentos problemáticos se manifestam no decurso de transição dos jovens para a vida adulta, ultrapassando o limite etário do ponto de vista legal (Duarte, 2012).

Porventura, a delinquência pode ser definida em situações de pré-delinquência e para-delinquência. Na primeira, o jovem encontra-se na inadaptação à disciplina da família, do trabalho, da escola e/ou da instituição onde se encontra acolhido, por sua vez a segunda diz respeito à vadiagem, mendicidade, consumo de estupefacientes (álcool e drogas), em que a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo encontra a sua legitimidade de intervenção (Duarte, Santos, Cruz, & Grangeia, 2015). Por outro lado, a nível legal, este fenómeno é compreendido como categoria de desvio que contém atos desenvolvidos por crianças e jovens que à luz da lei penal portuguesa, é considerada crime, mas que pela idade se encontram na situação de inimputabilidade criminal beneficiando de uma lei específica – A Lei Tutelar Educativa (Lei nº4/2015 de 15 de janeiro) (Dias & Andrade, 2011).

### **2.2.1 Um olhar profundo sobre a delinquência**

Tal como supramencionado, nem toda a divergência comporta desvio na vida do jovem, já que a mesma varia, não só pelos contextos socioculturais, como pelas próprias reações positivas ou negativas que o comportamento causa. Por meio desta ampla margem de compreensão, quer com comportamentos que violem o quadro jurídico-legal como infrações que fazem parte do desenvolvimento “normal” do jovem, a sociologia olha para a delinquência segundo dois modelos distintos.

O modelo de controlo social visa uma compreensão contrária à pergunta do “porquê que o jovem transgredir”, colocando antes a questão do “porquê de não o fazer” (Ferreira, 2000). Esta reflete sobre a gratificação imediata que o jovem procura por meio dos seus impulsos. Desta forma, o desvio juvenil deve ser perspectivado à luz dos mecanismos que são capazes de fazer o jovem recuar nos seus impulsos. A presença dos laços sociais fortes, como as relações familiares, revela-se uma condição fundamental à presença de controlo social. Tal acontece pela presença de fatores internos e externos ao indivíduo, em que este não quer obter do seu comportamento uma desaprovação das suas figuras significativas. Sentimentos de culpa são chaves para alimentar as engrenagens destes mecanismos, aliado aos fatores internos do jovem. A capacidade de o mesmo saber diferenciar o “certo” do “errado” pode ser fator fundamental no bloqueio de comportamentos antissociais (Ferreira, 2000). Compreende-se desta forma como, em contrapartida, os impactos de reações ou sensações negativas podem ter na clareza e definição da identidade do adolescente. Podem causar uma rutura na imagem que o adolescente tem de si e que poderá passar aos outros, denegrindo a imagem que quer para si. A própria integração que tanto ambiciona poderá ser posta em causa com laços sociais carentes, levando

à possibilidade de o desvio às normas ocorrer, podendo levar à delinquência. Isto pode levar a que o jovem procure novas formas de se legitimar por meio de comportamentos “ilegítimos”, como explicado pela teoria da anomia. As relações e comunicações que o jovem tem com os demais são afetadas nesta procura de aspirar uma nova identidade e forma de ser. A nível escolar, esta anomia também se verifica, por meio da perda de interesse, afastamento e frustração em relação à escola (Ferreira, 2000).

O modelo de identidade/subcultura referido por Ferreira (2000) assenta na perspetiva do desenvolvimento da identidade por meio do contexto do grupo. É pelo contacto com os outros que novos significados podem ocorrer na vida do jovem, torando-se referência, ou não, na construção do seu *self*. Desta forma, torna-se facilitado o surgimento de novas aprendizagens e que motivem o desvio. Estes valores contrários ao que foram inculcados ao jovem aquando a sua socialização primária, podem ser instigados por meio das diferentes classes sociais, procurando o jovem obter um maior papel na subida de classe, ou por outro lado das diversas ruturas e fracassos que existem na procura que este tem pela sua autonomia e definição como adulto. Sendo estes episódios possíveis de alterar a forma de interação e com os outros, pode afetar a vida quotidiana do jovem. Isto acontece, quer com o seu grupo de socialização primário, como grupos secundários. A escola, face ao confronto cultural existente, pode originar atitudes de ódio e confronto, levando a que o jovem desafie o sistema escolar e os seus atores. O jovem, face à sua procura por identificação, pode ver no grupo de pares o pilar para obter aprovação e segurança dos seus comportamentos ilegítimos, podendo levar ao desvio e, consequentemente, a comportamentos delinquentes (Ferreira, 2000). Compreende-se, novamente, como o meio externo ao jovem pode funcionar como mecanismo de reforço aos comportamentos delinquentes, em que os tempos livres dos jovens integrantes do grupo são vistos como uma cruzada de combate ao tédio e frustração, em atitudes de desafio às regras e autoridades adultas. Pode-se igualmente constatar que o desvio nem sempre ocorre por confronto direto às normas de determinado contexto, mas pela existência de outras normas que são mais facilmente aceites e absorvidas pelos indivíduos (Becker, 2008).

Seguindo o pensamento do autor, para compreender o processo de transformação de um indivíduo num delinquente é preciso enveredar por outros aprofundamentos. Diz Becker que ser tomado e publicamente designado como desviante constitui, provavelmente, uma das fases mais cruciais do processo de formação de um modo de comportamento desviante estável. As práticas delinquentes dependem menos das próprias ações do indivíduo e mais da decisão dos outros em favor da defesa da norma que foi transgredida. No entanto, pode acontecer que o

autor do ato se estigmatize a si próprio como desviante, mesmo se ninguém descobre, nem reprime o seu ato.

Ser tomado e estigmatizado como desviante desencadeia efeitos consideráveis sobre a posterior participação do indivíduo na vida social, tal como sobre a evolução da imagem que este constrói acerca de si próprio. O principal efeito remete para o facto de o estatuto do indivíduo sofrer uma alteração profunda aos olhos dos outros, os quais, a partir do carácter mais ou menos grave da falta cometida, passarão a atribuir-lhe uma personalidade diferente da que anteriormente lhe reconheciam, passarão a etiquetá-lo e a tratá-lo em conformidade (Becker, 2008).

O indivíduo classificado como desviante enfrenta dificuldades muito maiores em prosseguir as atividades usuais da sua vida quotidiana, dificuldades essas que, por sua vez, o incitam a ações “anormais”. Quando se está envolvido num caso judiciário é mais difícil ganhar a vida comparativamente a uma profissão usual, o que, por seu turno, impele a arranjar uma profissão ilegal. O grau, a partir do qual ser qualificado como desviante engendra esta consequência, deve ser estabelecido, em cada caso, por uma abordagem empírica e não por um decreto teórico (Becker, 2008).

Já no que respeita ao estatuto desviante, a posse de uma certa característica desviante pode ter um valor simbólico geral, levando as pessoas a associar automaticamente outras características ao sujeito em função dessa primeira característica. Todas as características acessórias passam a ser inevitavelmente inquinadas pela característica principal que é ter praticado um delito. Basta um único delito oficialmente reconhecido para que lhe seja atribuído um conjunto de características acessórias, aliás como a todos os que são classificados com a etiqueta de desviantes. Aquele que é reconhecido como culpado e qualificado como delinquente é visto como alguém que pode, com grande probabilidade, cometer outras infrações. Apesar de ter sido julgado por um único ato desviante corre o risco de ser considerado como desviante ou indesejável noutros aspetos. Tratar uma pessoa que é desviante sob um certo aspeto como se ela o fosse em todos os outros: é enunciar uma profecia que contribui para a sua própria realização. Assim se põem em jogo diversos mecanismos que concorrem para modelar a pessoa à imagem que os outros fazem dela (Becker, 2008).

Todavia, a busca pela autonomia e definição do “eu” torna-se um desafio para a população jovem. Os dilemas ganham proporções difíceis de ignorar, dificultando o lidar com uma “*identidade conformista ou desviante*” (Ferreira, 2000, p. 62). A própria sociedade encara a adolescência como fase na qual os jovens dispõem do tempo necessário para a definição dos papéis sociais a desempenhar, procurando experimentar diferentes papéis. Esta moratória



psicossocial, como explicada por Erikson (1968), embora seja crucial nos distúrbios do jovem, é essencial como forma de o jovem ser capaz de experimentar subjetivamente a realidade, articulando objetivamente os elementos internos e externos da sua identidade naquilo que quer para si e nas interações que terá com os outros (Ferreira, 2000). Porém, e como enunciado por Baethge (1985) o jovem ao procurar a sua afirmação, pode encontrar-se em estados de isolamento e desamparo, não conseguindo perspetivar-se no agora e futuro. A construção subjetiva fica como que estagnada no momento presente da sua vida, vendo-se o jovem focado só em si mesmo, incapaz de se projetar no que quer para si (Ferreira, 2000). Não sendo capazes de estabelecer relações com os outros, a desvinculação pode ocorrer no percurso escolar, olhando para a escola e para regras que estes não se conformam. Enquanto que uns jovens lidam com a dúvida de papéis e do futuro pelo conformismo, restringindo as suas experimentações, focando-se no percurso escolar, para outros essa identificação não acontece. A experimentação de outros papéis origina um afastamento com o percurso comum, encontrando suporte no grupo de jovens que os aceite e valide perante tanta incerteza e incompreensão. Os sentimentos negativos assumem relevância no comportamento dos jovens, levando a que estes antecipem a estigmatização de que vão sofrer, motivando ainda mais a exclusão da ordem social. Surge assim motivação que realce este desvio da norma e do conformismo.

A falta de empatia e a incapacidade em controlar emoções são fatores importantes na planificação do risco para estes jovens, já que ao transgredir a lei e normas sociais, estes jovens revelam uma capacidade de desafio e ausência de culpa que facilita a entrada em comportamentos delinquentes perdurantes no tempo. Não obstante estes factos a nível emocional, o meio, e nomeadamente as carências económicas da família e a falta de apoio social, podem contribuir para ambientes familiares tensos e disfuncionais, alimentando a incapacidade de coesão dos membros da família. A própria hierarquia familiar desempenha igualmente um peso considerável na forma como o jovem vê e obedece às figuras de autoridade (Nardi & Aglio, 2010). Na existência de vínculos não saudáveis, coesos, nomeadamente por problemas de comunicação e conflitos, a distância entre os membros da família corrompe-se, não só em termos da família como um coletivo, mas como de destruturação na identidade do jovem.

Todavia, e como já mencionado anteriormente, o grupo de amigos pode igualmente desempenhar um contexto de risco, não só pela convivência e identificação que o jovem absorve mediante as regras, normas e padrões de comportamento que regem esse grupo de semelhantes, mas também como iniciação ao consumo de droga, a roubos e ao baixo aproveitamento escolar. Estudos realizados a nível mundial (Mason & Windle, 2002; Watts & Wrigh, 1990) revelam a

correlação existente entre o consumo de droga e atos de delinquência, em especial quando os jovens estão privados da liberdade (Nardi & Aglio, 2010).

Não é só aos consumos de substâncias psicoativas a que os jovens podem estar sujeitos na comunidade, podendo a violência surgir e impactar o lado emocional dos mesmos. Podendo esta ser física ou psicológica, o efeito torna-se alarmante ao potenciar a revolta que estes jovens têm com a sociedade e suas regras, motivando uma “*violência social*” (Nardi & Aglio, 2010, pg.72), sofrida e marcada pelos contextos onde habitam ou frequentam. Estes padrões de violência podem igualmente ocorrer pelos comportamentos a ocorrer no seio familiar, sendo posteriormente transposto para os seus membros e, conseqüentemente, para a sociedade.

Sendo a adolescência uma fase volátil e de extrema importância no desenvolvimento humano, como já refletido no capítulo anterior, o contacto com ambientes hostis e violentos traduz-se em impactos por vezes irreversíveis para o crescimento do jovem (Nardi & Aglio, 2010). Porém, não é só por ambientes violentos que tal pode acontecer, mas também naqueles onde a ausência de papéis familiares se traduzem em negligência para o desenvolvimento do jovem. Os sentimentos negativos que se geram por meio de uma educação rígida, punitiva e sem reforços positivos e emocionais, potenciam o *stress* familiar e comportamentos de revolta do indivíduo para com os outros.

Esta vulnerabilidade do jovem e exposição a fatores e ambientes de risco impactam o seu projeto de vida e a capacidade que o jovem tem em se perspetivar no futuro, passando somente, e como referido no início do capítulo, a reger-se pelos seus impulsos imediatos. A resiliência deve assim fazer parte do contexto internacional do jovem, nutrindo as suas capacidades, potenciadas pelo bom ambiente e supervisão familiar, permitindo ao jovem enfrentar as adversidades e desafios, conseguindo assim neutralizar os possíveis efeitos que o contacto com fatores de risco possa potenciar na vida do jovem.

Todavia, existindo elementos de risco, Masten e Garmezy (1985) identificaram três fatores como sendo essenciais ao desenvolvimento do indivíduo, sendo estes os atributos pessoais (como a autoestima, autonomia); a coesão familiar (ou seja, a ausência de conflitos e de, pelo menos, um adulto com interesse pela criança, capaz de demonstrar afeto); e a disponibilidade de sistemas externos de apoio (a existência de uma comunidade com recursos que consigam ajudar o indivíduo ao longo do seu crescimento) (Nardi & Aglio, 2010). É na presença destes fatores que promovem a trajetória saudável, social e afetiva, que o indivíduo se vê com travões capazes de o afastar dos comportamentos delinquentes. Porém, se a família passar por situações de carência, as suas oportunidades podem influenciar este trajeto, assim como o acesso aos diversos apoios sociais. Em áreas metropolitanas, como a região do Porto, esse contraste entre

diferentes classes sociais pode levar a revoltas e incompreensão sobre o funcionamento do próprio sistema e, conseqüentemente, a escola e os outros (Carvalho & Duarte, 2013).

Sendo a coesão de uma sociedade dependente de segurança, liberdade e justiça, a ausência destes pilares em subculturas mais desfavorecidas, como bairros sociais, pode levar a perturbações nas crianças e jovens que nelas vivam (Carvalho & Duarte, 2013). Os bairros sociais são assim muito mais do que mero local habitacional, sendo palco de interações, códigos, normas e comportamentos por si só diferentes e facilmente absorvidos como padrão e aprendizagens para aqueles que lá vivem ou interagem. Se nesses códigos se impregnar a violência, tráfico e/ou consumo de estupefacientes, aliado a jovens sem qualquer apoio familiar, o desvio e a delinquência assumem possibilidades mais que certas. Porém, e mesmo sem suporte familiar, se o jovem conseguir identificar-se com um grupo de pares positivo em sentimentos e valores, a presença de amigos ou namorados/as podem ser fatores positivos e que impeçam o jovem de progredir para uma carreira de delinquência (Carvalho & Duarte, 2013).

O oposto verifica-se, já que a incidência em determinadas atividades desviantes comportam um aumento de autoestima no jovem e que, por sua vez, fazem aumentar o estatuto do indivíduo face a esse reconhecimento público que recebe do grupo que faz parte (Becker, 2008).

Como refletido por Gallo e Williams (2005), os fatores de risco observados e compreendidos de forma isolada, dificilmente poderiam levar a um jovem a cometer atos delinquentes (Nardi & Aglio, 2010). Desta forma, compreende-se como o contexto, quer residencial, quer pessoal do jovem, são fundamentais na compreensão dos verdadeiros fatores que são passíveis de levar o jovem a trajetórias de vida fora da norma; especialmente quando se tem em conta como o comportamento é sim uma reação ao desvio e não um efeito do ato delinquente (Becker, 2008)

### **2.3 O Consumo de Droga em Jovens**

Abordada a forma como o comportamento violento impacta a identidade do jovem, quer seja no seu meio externo como interno, a exposição a droga ou a atos de consumo pode ter e fomentar um impacto ainda maior no mesmo. Sendo a adolescência marcada pela experimentação, o contacto com a droga assume relevância na trajetória dos jovens, levando à possível experimentação e/ou consumo regular.

Em termos legais, desde 2001 que em Portugal a descriminalização do consumo de droga deixou de ser considerada como um crime, continuando, contudo, a ser punível por lei, passando a constituir uma contraordenação social. Desta forma, a lei passou a olhar para os indivíduos

que consomem, não como criminosos, mas como pessoas que necessitam de ajuda e apoio (Serviço Nacional de Saúde, 2019).

Globalmente, e de acordo com as mais recentes estatísticas do Relatório Europeu Sobre Drogas (2019), a frequência do consumo tende a ser mais elevada na juventude do que na idade adulta, podendo ser explicado pela possível vulnerabilidade e/ou confusão do jovem aquando de assumir os seus papéis sociais e identidade (Trigo, Silva, Fraga, & Ramos, 2015). A canábica assume-se como a droga mais consumida na União Europeia, em especial na faixa dos 15 aos 34 anos, seguindo-se da Cocaína, MDMA e as Anfetaminas (Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência, 2019). No que toca a Portugal e em âmbito escolar (dos 13 aos 18 anos), a prevalência dos consumos ocorre com taxa expressiva no sexo masculino, comparado ao feminino, mostrando-se uma prevalência que aumenta de acordo com a idade. Pela Sinopse Estatística: Substâncias Elícticas (2017), as substâncias mais predominantes são a cannabis, seguida da cocaína, ecstasy, anfetaminas, cogumelos alucinogénios, seguindo-se, por último, a LSD.

Comparativamente a jovens internados em Centros Educativos e no ano de 2015, a prevalência do consumo continua, com uma maior expressão, no sexo masculino e na faixa etária dos 16-17 e 18-20 mesmo após o internamento. Em contextos legais, o maior número de contraordenações, em 2017, correspondia a cerca de 92,6% para indivíduos do sexo masculino, sendo que deste valor entra a faixa etária dos 16-19 (18,1%), e dos 20-24 (34,8%) (SICAD, 2019).

Relativamente ao exercício de consumo, este pode ser agrupado em dois conjuntos, estes relacionados pela trajetória do indivíduo: os fatores individuais – dizendo respeito a fatores inerentes ao indivíduo, assim como fatores sociais, como já explicitado – referentes ao ambiente frequentado pelo indivíduo, quer seja a nível familiar, relacional, como o contacto que o mesmo tem com o exterior e possível contacto com as drogas.

O contexto, como esmiuçado nos pontos anteriores, assume-se como um fator de risco rico em disponibilidade e acesso a substâncias psicoativas, levando a comportamentos de risco e possível atividade delinquente. A própria convivência com a comunidade pode potenciar a experimentação e consumo pelo jovem, assim como as dificuldades económicas, sociais, assim como a vontade em procurar “sentir algo diferente” e que permita ao jovem “escapar à sua realidade”. Todavia, na existência de supervisão e comunicação familiar, o risco do consumo diminui. Estes pontos podem ser exemplificados pelo estudo elaborado por Trigo, Silva, Fraga & Ramos (2015), em que os adolescentes relataram a existência de problemas pessoais, consumo pelos pares, curiosidade e escolha própria como motivos que levaram ao consumo. A

procura de sensações e de formas de escapar aos problemas, ou até mesmo para a obtenção de um determinado estatuto social dentro de um grupo de elementos significativos assume-se como motivação, sendo estes consumos igualmente associados a comportamento delinquentes e decadentes.

Em termos estatísticos, e recorrendo a dados de 2015 (SICAD, 2019) no que diz respeito à criminalidade indireta associada ao consumo de substâncias ilícitas, 19% dos indivíduos dos 14 aos 20 anos atribuiu a culpa dos seus crimes ao facto de estar sobre o efeito de drogas e/ou álcool, sendo que 24% da mesma amostra, declarou como motivo dos seus crimes e que levou ao internamento em Centro Educativo, a obtenção de dinheiro para a compra de droga e/ou álcool (SICAD, 2019). Relativamente aos impactos no meio escolar dos jovens, antes do internamento, cerca de um quarto dos jovens frequentava o 5º ano, sendo que a um nível semelhante, o 6º ano. Ainda no panorama nacional, 95% dos jovens costumava faltar às aulas e já tinha sido suspenso ou expulso da mesma. Já a percentagem de jovens que frequentava as aulas até ao internamento em Centro Educativo diz respeito a meros 18%. Todavia, o olhar destes jovens sobre a escola é claro, mostrando saber que existe utilidade na aprendizagem, a facilidade em conseguir emprego, seguido do convívio com os colegas. Todavia, 16,2% dos jovens olhava para a escola como não tendo utilidade, para ser algo que cai para os 5% durante o internamento.

Relativamente à esfera familiar, e à luz do já explicitado quanto à influência da mesma no crescimento dos jovens, em 2015, cerca de 31% dos jovens vive com o pai e a mãe, sendo que 17% vivem com o pai e a madrasta ou com a mãe e o padrasto. Todavia, 29% dos jovens vivem com a mãe, sem pai ou padrasto, enquanto só 5% mencionam a situação oposta (Carapinha, Guerreiro, Ribeiro, & Ferreira, 2016). A maior parte dos problemas relatados prende-se com o desemprego de um dos progenitores, dificuldades económicas e/ou discussões em seio familiar. Relativamente aos comportamentos aditivos, as últimas estatísticas apontam para que quase metade dos jovens afirma que, pelo menos um dos progenitores, tinha ou mantém uma relação com comportamentos aditivos (substâncias ilícitas, consumo de álcool ou jogo). Ainda refletido pela análise estatística, está a rigidez de regras e controlo parental, que resulta num confronto pela busca de autonomia dos jovens. Este controlo gera relações mais pobres, criando condições para que os jovens procurem outros grupos de reconhecimento.

No que respeita ao uso das drogas opiáceas, ocorre então que a pessoa que ganhou a reputação de toxicodependente tem todas as hipóteses de vir a perder o emprego mesmo que isso não afete necessariamente as suas capacidades de trabalho. Pode concluir-se que este tipo

de constrangimento contribui para atirar o indivíduo para outros tipos de atividades ilegítimas, tais como o roubo.

Também as modalidades de tratamento podem contribuir para aumentar a desviância. Em face da impossibilidade de obter a droga por vias legais, nasce um mercado clandestino que faz subir os preços muito para além do que seria o preço corrente no mercado legal. Assim se torna, para muitos, impossíveis aceder ao consumo, a não ser por vias ilegítimas. É em resultado da reação social ao consumo das drogas que o toxicodependente é remetido para uma posição tal que lhe facilitará o recurso à fraude e ao delito para aceder à sua dose habitual. Pode, então, dizer-se que a sua conduta resulta menos de propriedades inerentes à ação desviante do que das reações dos outros à sua desviância, que o mesmo é dizer, a maneira como se tratam os desviantes equivale a recusar-lhes os meios de realizarem as atividades rotineiras da vida quotidiana (Becker, 2008). É devido a esta recusa que o desviante deve necessariamente pôr em ato práticas rotineiras ilegítimas.

A última etapa de uma carreira desviante consiste em entrar num grupo desviante organizado. Os procedimentos precisos que acompanham a entrada da pessoa num grupo organizado influenciam fortemente a conceção que o indivíduo tem de si mesmo. A vivência em comum da desviância faz nascer o sentimento de ter um destino comum. É essa consciência de partilhar um mesmo destino e de conviver com os mesmos problemas que engendra uma sub-cultura desviante, isto é, um "conjunto de ideias e de pontos de vista sobre o mundo social e sobre o modo de a ele se adaptar, assim como um conjunto de atividades rotineiras fundadas sobre estes pontos de vista. A pertença a um tal grupo cristaliza uma identidade desviante.

### **3. (Re) socialização e Reconstrução da identidade**

No decurso do processo de desenvolvimento do jovem e, muito em particular, nas interações que o mesmo tem no decorrer da sua trajetória de vida, a linguagem assume um papel decisivo na construção da realidade simbólica do indivíduo. Com efeito, ao longo do processo de socialização, os indivíduos constroem simbolicamente as suas interpretações do mundo social. A realidade social é interpretada e objeto de atribuição de significados e sentidos, passando o indivíduo a dispor de uma “estrutura própria de interpretação da realidade social”. Esta estrutura, isto é, o pensamento, influencia o processo de construção da realidade do indivíduo por meio dos processos de interpretação realizados pelo mesmo. No decorrer destes processos, a linguagem ocupa um lugar essencial para que a experiência se torne inteligível para si próprio e para os outros. Assim, e pelo contacto que o indivíduo faz com a realidade em que se insere e interage, é a linguagem que possibilita a construção de significados para a leitura experienciada pelo indivíduo (Gonçalves & Gonçalves, 2001)

A realidade social objetiva é, também, realidade social subjetiva quando interpretada e objeto de atribuição de significados por parte dos atores sociais que nela atuam (Gonçalves & Gonçalves, 2001). A subjetividade interpretativa do vivido é uma prática discursiva da realidade que resulta de um contexto de interação social, onde intervêm os significados que outro indivíduo atribui à situação e os sentidos que o próprio indivíduo atribui em função da sua experiência de vida anterior. Com isto, em cada nova situação experimentada pelo indivíduo, este mobiliza os significados construídos para dar sentido ao facto social que agora experimenta. Mesmo quando o sujeito se encontra isolado, o diálogo que estabelece consigo próprio é sempre um processo dinâmico, de produção de sentidos e significados que remete para a relação com os seus outros significativos. Isto é, “diferentes vozes” e “posições subjetivas” relativamente ao que o indivíduo vivencia agora com um novo olhar e experiência.

Manipulados e modificados através de um processo interpretativo, os significados elaborados são estruturadores da ação humana, pelo que os seres humanos reagem às situações de acordo justamente com os significados que lhes atribuem.

Na base destes processos de interação social, está a capacidade humana de partilhar símbolos e significados (Gonçalves & Gonçalves, 2001). Porém, o processo de redefinição do mundo vivido para possibilitar a atribuição de novos símbolos, sentidos e significados às experiências vividas, é longo e complexo. É um processo de transformação, pelo menos parcial, da identidade, que requer uma intervenção próxima da psicoterapia, onde a conversação se

produz com a atribuição de outros significativos que poderão entrar em choque com os significados que o indivíduo tem e que explicam a sua realidade (Berger & Luckman, 1966).

Sendo a identidade um elemento chave da realidade subjetiva em interação com a realidade social, uma vez cristalizada, a identidade é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas interações sociais. Tal acontece por meio do aparelho de conversação, como ferramenta que confirma a realidade ao indivíduo: em especial se o meio em que este se insere for já, por si só, potenciador de comportamentos desviantes. Com um meio que lhe confere a identidade, estas experimentadas conservam-na, levando o jovem a adotar, cada vez mais, estes seus comportamentos, normas e valores, tomando-os como válidos face ao grupo com o qual este se identifica e agora interage. Porém, se existir um elemento significativo na vida do indivíduo que (des) confirme a sua realidade subjetiva, este abalo poderá potenciar a reestruturação da identidade do indivíduo e a sua (re)socialização (Luchmann & Berger, 2010).

É por meio do processo de (re)socialização que se procura dar um novo sentido à vida dos jovens ao serem criadas novas estruturas que deem plausibilidade ao vivenciado pelos mesmos, permitindo que estes atribuam outros significativos ao que têm interiorizado. Este processo ocorre por meio dos profissionais que vão interagindo com o jovem de forma semelhante à da socialização primária. Sendo essa etapa de socialização potenciadora do desenvolvimento dos sentimentos de confiança, autonomia e iniciativa (Papalia, Feldman, & Olds, 2001), irá procurar-se alcançar um trabalho de redefinição biográfica dos acontecimentos passados e que levaram às condutas desviantes dos jovens (Luchmann & Berger, 2010).

Esta redefinição biográfica traduzir-se-á num choque biográfico uma vez que se irá reconstruir elementos da vida e do comportamento do jovem. Um processo de resignificação que, por vezes, leva à desconstrução de realidades dolorosas vivenciadas pelo jovem. Tal ocorre com a atribuição de novos significados a esses eventos de dependência emocional por relação a outros elementos significativos. Desta forma, procura-se que o jovem volte a reintegrar essas experiências passadas na sua realidade subjetiva com a atribuição de novas explicações para essas ocorrências – outros significados-, tornando-se significativos e possíveis de o jovem os entender.

A reconstrução de um quadro de referências de valores orientadores para a vida; de aprendizagem na regulação das suas emoções; da aptidão para fazer escolhas e tomar decisões; a atribuição de valor a si próprio e aos outros, com consciência realista de si, são algumas das dimensões que configuram identidades de um ego fortalecido e imprescindíveis para elevar o autoconceito dos adolescentes. Porém, um fator imprescindível nesta (re)socialização é a existência da proximidade entre os interventores e os jovens de forma a que, por meio dos laços



afetivos gerados pela conversa e proximidade, esta experiência não seja radical e traumatizante. Neste sentido, o indivíduo por tomar consciência de si, do seu *self*, procurando uma mudança de comportamento por meio da introspecção que este passa a conseguir fazer (Luchmann & Berger, 2010).

Neste sentido, a privação da liberdade – apesar dos sentimentos negativos que traz aos indivíduos – permite uma aprendizagem que possibilita a reflexão e o estabelecimento de novos elementos significativos (Estevam, Coutinho, & Araújo, 2009). Torna-se, desta forma, possível que a ressocialização veja, nesta privação, uma forma de fortalecer vínculos socio afetivos e autônomos (Estevam, Coutinho, & Araújo, 2009), possibilitando a resignificação de episódios das trajetórias de vida destes indivíduos.

## **Capítulo II – Estudo Empírico**

## **1. Objetivos do estudo**

Os objetivos levados a cabo pelo investigador para a presente dissertação permitiram nortear o caminho seguido, assim como de todo o material bibliográfico a ser alvo de estudo e reflexão. Porém, e atendendo ao enquadramento teórico já apresentado e aprofundado, importa agora dar a conhecer os objetivos que permitiram chegar a essas ilações e, por sua vez, à análise e conclusões realizadas neste capítulo:

- Conhecer as trajetória de vida de Adolescentes com episódios desviantes;
- Estudar o locus de controlo de adolescentes sentenciados e em processo de ressocialização

## **Método | Instrumentos e procedimentos de recolha de dados**

A recolha de dados decorreu em sala própria do Centro Educativo, tendo um Segurança ficado encarregue de trazer os jovens, um a um, assim como de auxiliar se necessário. Estes jovens eram trazidos à sala com base numa lista fornecida pelo Diretor do Centro Educativo, procurando não interferir com as eventuais aulas e/ou atividades em que estavam. Esta folha, para além de tornar explícito o nome completo do jovem, indicava em que tipo de regime este se encontrava.

Após o jovem entrar na sala, e num ambiente de sigilo, era-lhe explicado o propósito do trabalho a ser realizado, assim como iriam ser recolhidos os dados. A cada um dos jovens era apresentado, em formato papel, um resumo do projeto e objetivos, assim como a folha de consentimento informado. Após a assinatura do mesmo, era criado um código – escrito pelo próprio jovem seguindo indicação do investigador – sendo este composto pelo dia de nascimento, as duas primeiras letras do primeiro nome, e os dois últimos dígitos do ano de nascimento.

Posteriormente, os jovens iniciavam a sua participação no estudo ao ser preenchida a escala IPC ("Internal, Powerful Others and Chance" - locus de control), sendo-lhes explicado em que consistia a escala, assim como se preenchia, igualmente descrita no cabeçalho. Era explicado aos jovens de que as questões diziam respeito à maneira como estes reagiam, sentiam e atuavam, ressaltando que não existiam respostas certas ou erradas, nem que os mesmos seriam

avaliados por isso mesmo. A aplicação da escala teve, em aproximado, uma duração de sete minutos.

Após o preenchimento da escala, era explicado aos jovens o momento seguinte: iriam ter uma conversa com o investigador de forma a falar do percurso dos mesmos por meio da entrevista biográfica semiestruturada. Tal como na escala, foi reforçado verbalmente da importância de se ser honesto, uma vez que não era objeto do estudo estigmatizar os jovens nem partilhar a informação com elementos terceiros ao estudo em questão. A aplicação da escala teve, em média, uma duração de até meia hora, em que os jovens iam falando e respondendo às questões presentes na entrevista previamente elaborada.

Uma vez que os objetivos formulados contemplam dados de cariz qualitativo como quantitativo, ambos os métodos foram usados na recolha realizada. No seguimento dos métodos utilizados, e antes de qualquer contacto com o público-alvo definido, começou-se inicialmente por uma entrevista exploratória ao Diretor do Centro Educativo. Uma entrevista que permitiu “revelar determinados aspetos do fenómeno estudado” (Quivy & Campenhoudt, 1999, p. 69) levando a compreender o funcionamento do Centro Educativo e aquilo que poderia encontrar no contacto com os dezoito jovens presentes à data de recolha de dados. Essa entrevista, atendendo à sua espontaneidade, abertura e flexibilidade, que, tal como refletido por Raymond Quivy (1998): permite saber ouvir, tendo levado a um conhecimento do caminho a seguir com a dissertação elaborada.

Por esta entrevista de acolhimento, entende-se um momento propício à troca de ajuda profissional, permitindo criar laços de empatia que possibilitam formar vínculos para intervenções futuras, como a elaboração de dissertações ou recolhas empíricas futuras (Carvalho, 2015).

Após os primeiros contactos com o Diretor do Centro Educativo, foi apresentado e explicado a finalidade do estudo assim como dos métodos e instrumentos de recolha:

- Foi aplicado um instrumento: escala IPC ("Internal, Powerful Others and Chance" - locus de control). A escala está disponível para aplicação e validada para a população portuguesa). A recolha de dados foi realizada sob anonimato, com consentimento informado após explicação da finalidade do estudo.
- Realização de entrevista biográfica semiestruturada de questões quantitativas e qualitativas.
- Amostra por conveniência;

- Estudo transversal com desenho retrospectivo e recurso a metodologia quantitativa e elementos de informação qualitativa.

## **2. Variáveis| Amostra e Tipo de Estudo**

Atendendo aos objetivos delineados, o público-alvo da recolha empírica delimitou-se a jovens adolescentes, nomeadamente indivíduos cujas trajetórias de vida fossem marcadas por episódios desviantes integrados num Centro Educativo. Por conseguinte, a recolha empírica teve lugar num Centro Educativo da zona Norte após aprovação da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. A recolha dos dados necessários teve o seu período de recolha iniciado a 17 de junho de 2019, findado este em 19 de junho de 2019.

## **3. Variáveis em Estudo**

Atendendo aos dados estudados na dissertação, foram utilizadas da entrevista biográfica semiestruturada questões do foro individual e familiar, assim como questões referentes à atribuição comportamental.

### **3.1 Variáveis relativas ao indivíduo**

As variáveis alvo de análise na presente dissertação e relativas ao indivíduo, são: a idade dos jovens inquiridos, a frequência do ano de escolaridade, o ano de escolaridade por relação à idade do jovem, o comportamento do jovem em ambiente escolar, os motivos do abandono escolar, a importância que o jovem atribui à frequência da escola, o que deseja o jovem para o seu futuro.

Ligadas à trajetória de vida dos indivíduos no âmbito institucional, as variáveis utilizadas dizem respeito ao motivo da sentença, aos problemas na trajetória de vida, a frequência do consumo de droga, como arranjava o jovem dinheiro para os consumos, as fontes de rendimento dos jovens, os contextos dos consumos e a idade com que iniciaram os mesmos.

No que toca ao contexto institucional, a variável utilizada foi a frequência de outras instituições assim como os acontecimentos que motivaram a inserção em ambiente institucional.

Em campos mais pessoais, recorreu-se às variáveis de como o jovem passa o tempo com os amigos, de acontecimentos significativos nas suas vidas, a consequência resultante dos seus comportamentos atuais assim como da importância de uma pessoa de apoio por parte dos jovens.

### **3.2 Variáveis relativas ao contexto familiar**

As variáveis referentes ao contexto familiar recaíram no tipo e dimensão do agregado familiar, da natureza da relação do casal, no progenitor que exerce controlo, no registo de episódios de violência física e/ou verbal da progenitora ao jovem, na demonstração de afetos por parte do progenitor masculino, na abordagem de problemas por parte dos jovens, no nível de escolaridade dos elementos do agregado familiar e por relação a estes mesmos bem como a condição perante o trabalho.

### **3.3 Variáveis relativas ao padrão atribucional**

Relativamente às variáveis referentes ao padrão atribucional – locus de controlo –, as variáveis utilizadas para além das presente na escala IPC, deram-se com as questões ligadas a quem o jovem atribui responsabilidade dos seus comportamentos, quer em contexto de consumo de drogas, quer nos comportamentos que o levaram à institucionalização.

## **4. Tratamento dos Dados**

- Para o tratamento dos dados, recorreu-se ao Statistical Package for Social Sciences (SPSS), versão 25; utilizaram-se medidas de estatística descritiva e inferencial (com recurso a testes paramétricos e não paramétricos).

A análise dos dados decorreu de forma sistémica, onde se procurou elencar os diferentes dados com a possível análise futura. Neste seguimento, e para a entrevista biográfica, procedeu-se a:

- Leitura anotada das entrevistas biográficas por forma a refletir sobre os dados recolhidos;

- Transcrição das entrevistas possibilitando a sua análise futura.

Relativamente aos dados recolhidos por meio do questionário do tipo Linkert da escala IPC de Levenson (1972), procedeu-se a uma transcrição dos valores preenchidos pelos inquiridos para o programa *Excel* da Microsoft, versão do Office 2019. Posteriormente, e para cada inquirido, foi realizado a soma correspondente ao item de escala assinalado para cada fator de avaliação. Ou seja, para determinar o valor de I, foram somadas as perguntas 1, 4, 5, 9, 18, 19, 21, 23; para a obtenção de P a soma das perguntas 3, 8, 11, 13, 15, 17, 20, 22; e, por fim, para a obtenção de C, somou-se os valores das perguntas 2, 6, 7, 10, 12, 14, 16, 24. Após a soma, foi determinada a média para o fator de I, P e C, por meio da soma de todos os valores de cada fator, dividindo-se pelo número de casos que, neste estudo, foram de 17 indivíduos.

No que toca aos dados das entrevistas biográficas, esses foram exportados para o programa para Windows, *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) – Versão 25, e os gráficos trabalhados foram os construídos por esse mesmo programa.

#### **4.1 A escala IPC - ("Internal, Powerful Others and Chance" - Locus de Control) de Levenson**

A escala IPC de Levenson (1972) foi elaborada por Hanna Levenson em 1972, tendo posteriormente sido traduzida e validada para a população portuguesa por Relvas et al em 1989 (Soares, 2007). Segundo Veríssimo (1996) e citado por Soares (2007), a escala foi utilizada em Portugal por Relvas (1995), Pocinho e Colas (1988), Vaz-Serra et al., (1987), Relvas et al., (1984b), Firmino (1987) e Queirós (2004) – esta última na sua tese de doutoramento, tendo obtido valores psicométricos fiáveis na sua amostra de 136 participantes, com valores de alfa de Cronbach<sup>1</sup> de 0,742, o Split-half<sup>2</sup> 0,738 e o de Spearman –Brown<sup>3</sup> de 0,73 (Soares, 2007).

Esta escala consiste numa medição de três fatores. Esta divisão ocorre ao nível da dimensão da internalidade do indivíduo (**I**), assim como da externalidade do mesmo. Todavia, esta última divide-se em duas. Ou seja, esta divisão ocorre conforme as situações experiências pelo indivíduo ocorrerem por meio do controlo dos “outros” - outros poderosos – (**P**) ou pela

---

<sup>1</sup> Alfa de Cronbach diz respeito a uma medida de consistência interna de uma escala que é usada como forma de compreender a fiabilidade de um determinado teste mediante a amostra em causa (Pereira & Patrício, 2016).

Valores da alfa iguais ou superiores a 0,9 são considerados com excelente consistência interna; valores entre 0,9 e 0,8 são bons; 0,8 a 0,7 são aceitáveis; 0,7 a 0,6 são questionáveis; de 0,6 a 0,5 são fracos; valores de alfa inferiores a 0,5 estamos perante uma consistência inaceitáveis (Stephanie, 2014).

<sup>2</sup> Split-half resulta na forma de medir a consistência interna de uma escala (Stephanie, 2016).

<sup>3</sup> Spearman –Brown resulta na forma de medir a consistência interna de uma escala (Stephanie, 2016)

questão do acaso ou da sorte (C) (Relvas, 1985). Estes fatores são avaliados por oito itens em cada fator, perfazendo o total das vinte e quatro questões.

#### Distribuição dos Itens na Escala IPC

Fator	Item/Questão
<b>I</b>	1, 4, 5, 9, 18, 19, 21, 23
<b>P</b>	3, 8, 11, 13, 15, 17, 20, 22
<b>C</b>	2, 6, 7, 10, 12, 14, 16, 24

Tabela 1 - Distribuição dos itens na escala IPC

O preenchimento da escala dá-se por um esquema em questionário do tipo Linkert, isto é: uma escala é composta por vinte e quatro questões classificadas estas por meio de uma escala de 1 (um) a 6 (seis). Esta numeração em grandeza divide-se com o “1” a dizer respeito ao “Discordo de maneira muito acentuada”, passando para o “2” – “Discordo de maneira acentuada”, “3” – Discordo, “4” – “Concordo”, 5 – “Concordo de maneira acentuada”, e, por último: “6” – Concordo de maneira muito acentuada”.

Esta escala procura assim medir de que forma o indivíduo sente o controlo dos seus próprios comportamentos.

Comparativamente aos estudos do qual a Escala IPC de Levenson foi aplicada, nomeadamente a estudantes universitários (Relvas, 1985) e a enfermeiros (Queirós, 2005), compreende-se a presença de resultados sem grande variações, o que sustenta a estrutura da escala.

#### Estudo de Relvas (1984) Aplicado a Estudantes Universitários

Dimensões	Média Homens	Desvio Padrão
<b>I</b>	32,24	4,62
<b>P</b>	21,76	5,35
<b>C</b>	23,77	4,87

Tabela 2 - Adaptado de Relvas (1984), p.122

Em termos de números de inquiridos a aplicação de Relvas (1984) deu-se a um público alvo composto por 188 inquiridos – **Tabela 37** -, já a aplicação feita por Queirós (2005), deu-se a 136 participantes – **Tabela 38**.



**Estudo de Queirós 2005) Aplicado a Enfermeiros**

<b>Dimensões</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>
<b>I</b>	19	43	31,07	4,10
<b>P</b>	10	33	22,76	5,21
<b>C</b>	9	54	23,43	5,31

Tabela 3 - Adaptado de Queirós (2005), p.184

Ao perceber os resultados de ambas as escalas com aqueles obtidos pelo presente estudo, é notório como a maior discrepância ocorre na dimensão “P”, resultando na maior variação e apresentada pelo desvio padrão.

Face aos dados apurados, importa agora refletir sobre a forma como os mesmos são interpretados. Relativamente ao fator I, quanto mais elevado for este valor, mais os inquiridos acreditam que eles próprios são controlados por aquilo que lhes ocorre na vida; um alto valor de P indica que o inquirido tem uma maior crença de que pessoas poderosas têm controlo na sua vida; um valor de C alto indica a forma como o sujeito atribui de forma veemente os acontecimentos da sua vida ao acaso, sorte ou azar. Ou seja, quanto maior são os valores, maior a crença dos indivíduos nessa realidade. Todavia, o inverso acontece com valores mais baixos, em como os indivíduos não acreditam naquele determinado fator como controlador das suas ações/comportamentos ou de como ocorre (Coleta, 1987). Desta forma, e em conformidade com Relvas (1985) citando Hochereich (1974), este expõe a existência de duas hipóteses no que toca à interpretação dos resultados relativamente ao fator de externalidade. Assim, para este autor, poderíamos encontrar uma externalidade defensiva e uma congruente. Com isto, é possível realizar a leitura de que:

*“valores elevados de “P” corresponderia a locus de controlo externo defensivo, e valores elevados de “C”, a locus de controlo externo congruente”* (Soares, 2007, p. 51).

Já os indivíduos que apresentam um locus de controlo defensivo,

*“caracterizam-se por apresentar baixas expectativas de êxito na obtenção de objetivos valorizados e adotariam atitudes de externalidade como defesa contra sentimentos de falhanço pessoal”* (Soares, 2007, p. 51).

Relativamente a inquiridos que apresentem um locus de controlo congruente, estes:

*“apresentam uma crença genuína que os reforços não são contingentes ao seu comportamento, ou seja o seu comportamento tem pouco a ver com a forma como eles lidam com as situações, estando mais dependentes dos acasos.”* (Soares, 2007, p. 51).

#### **4.2 Entrevista biográfica semiestruturada, de questões quantitativas e qualitativas**

Atendendo aos dados pretendidos para análise a esta dissertação e que, de alguma forma, fossem complementares aos dados recolhidos por meio da aplicação da escala IPC de Levenson (1972), a entrevista – face à sua proximidade com o inquirido -, tornou-se no elemento pretendido desde cedo (Quivy & Campenhoudt, 1999).

Permitindo um contacto direto com a realidade dos jovens, a entrevista biográfica semiestruturada elaborada pelo investigador permitiu abordar junto dos jovens inquiridos as temáticas que permitiam referenciar a situação. Num total de cinquenta e oito questões, a entrevista conta com questões alusivas: ao motivo da sentença e a presença, ou não, de consumos de droga; a condenações anteriores; à previsão de sentença dos jovens; a socialização dos jovens, nomeadamente nos contextos sociofamiliares, às dinâmicas familiares e respetivas relações entre casal, mãe e filho e pai e filho, a perceção do jovem relativamente à existência de regras e limites; as trajetórias de vida dos jovens, nomeadamente eventuais abandonos do lar, assim como a relação destes com a escola, o trabalho, as suas fontes de rendimento, aos momentos de lazer e amigos e, por último as suas redes de proteção social.

Por meio destas questões de carácter qualitativo e que permitisse o discurso aberto e orientado do investigador aos inquiridos, as questões quantitativas permitiram ainda agregar informação relevante referente ao agregado familiar e dinâmicas familiares. Destaca-se assim as questões referentes à forma como era percecionado pelo jovem as dinâmicas entre progenitores e destes com o jovem, assim como da forma em que os problemas eram resolvidos em casa.

### **Capítulo III – Apresentação e Análise de Resultados**

## 1. Caracterização sociodemográfica do público-alvo

Atendendo aos dados recolhidos dos dezassete (17) indivíduos, importa saber que um (1) desses jovens não respondeu à entrevista. Por conseguinte, podemos constatar o seguinte no que toca à caracterização sociodemográfica dos participantes:

**Idade dos Jovens Inquiridos**

		Frequência	Percentagem
Idade	14	1	5,9
	15	2	11,8
	16	9	52,9
	17	4	23,5
	Total	16	94,1
Omisso		1	5,9
Total		17	100,0

*Tabela 4 - Idade dos Jovens Inquiridos*

Torna-se claro, pela **Tabela 4**, em como mais de metade dos jovens (52,9%) tem 16 anos, ao qual a segunda idade com maior predominância diz respeito a jovens na casa dos 17 anos (23,5%). Da mesma amostra por conveniência fica igualmente compreensível como a faixa etária de jovens entre os 14 e 15 anos não chegam a metade da população inquirida (17,7%). Deste total de jovens, importa ainda referir a predominância do sexo masculino e do estado civil de solteiro do público a cumprir medida neste Centro Educativo.

**Ano de Escolaridade dos Jovens Inquiridos**

		Frequência	Percentagem
Ano de Escolaridade	4º Ano	1	5,9
	6º Ano	14	82,4
	9º Ano	1	5,9
	Total	16	94,1
Omisso		1	5,9
Total		17	100,0

*Tabela 5 - Frequência do Ano de Escolaridade*

Pela **Tabela 5**, compreende-se como o ano de escolaridade com maior predominância dos jovens inquiridos é o 6º ano, com uma expressão superior a 80%, seguindo-se o 4º e 9º ano com valores equivalentes no que toca à sua frequência – uma taxa expressiva somada de 11,8%.

**Ano de Escolaridade por Relação à Idade dos Jovens Inquiridos**

		Ano Escolaridade			Total
		4º Ano	6º Ano	9º Ano	
Idade Jovem	14	0	1	0	1
	15	0	2	0	2
	16	1	7	1	9
	17	0	4	0	4
Total		1	14	1	16

Tabela 6- Ano de Escolaridade por relação à Idade do Jovem

Todavia, e como demonstrado na **Tabela 6** por meio de uma análise cruzada, parte dos inquiridos que frequenta ou frequentava o 6º ano à data de institucionalização, está na faixa etária dos 16 anos. Já na mesma faixa etária, encontramos extremos opostos, com um inquirido cujo grau máximo de escolaridade é o 4º ano, enquanto o de outro é o 9º ano.

**Comportamento em Ambiente Escolar dos Jovens Inquiridos**

		Frequência
Comportamento em Ambiente Escolar	Bom Comportamento	4
	Mau Comportamento Generalizado	8
	Comportamento Violento	4
	Falta de Assiduidade	6

Tabela 7 - Comportamento em ambiente escolar

No que toca ao comportamento em contexto escolar evidenciado pela recolha qualitativa, é evidente como a grande maioria dos indivíduos mantinha um mau comportamento generalizado, como conversar com colegas e pequenos desacatos em sala de aula, para se passar depois para o domínio da assiduidade e violência – **Tabela 7**.

**Motivos do Abandono Escolar dos Jovens Inquiridos**

Motivos de saída da escola	Nº
Ida para Instituição	1
Ida para Centro Educativo	7
Desinteresse	2
Influência de terceiros (ex.: amigos)	5
Problemas c/ Drogas	1

Tabela 8 - Motivos do Abandono Escolar

É ainda possível constatar como grande parte do que motivou o abandono definitivo do sistema de ensino se deve à ida para Centro Educativo, seguindo-se a influência de terceiros e o desinteresse com maior expressão – **Tabela 8**.

#### Importância da Frequência Escolar dos Jovens Inquiridos

		Frequência	Percentagem
Pensa ser importante a frequência escolar?	Sim	8	47
	Não	4	23,6
	Total	12	70,6
Omisso		5	29,4
Total		17	100

Tabela 9 - Importância da Frequência Escolar

Relativamente à importância que os inquiridos atribuem à escola posteriormente ao acolhimento, os dados apontam já para uma maior expressão de positividade relativamente ao ensino, com cerca de 47% dos jovens a demonstrarem compreender os impactos do ensino no futuro – **Tabela 9**.

#### Importância Atualmente Atribuída à Escola dos Jovens Inquiridos

	Frequência
Importância Atual da Escola (Porquê)	Dar continuidade enquanto profissional
	Obtenção do 9º Ano
	Para usar na vida quotidiana
	Para continuação de estudos no futuro
	Para conhecimento
	Para obter a carta de condução

Tabela 10 - Importância Atribuída à Escola

A importância à escola é atribuída, na sua grande maioria e pela leitura dos dados qualitativos, à obtenção de um diploma de 9º ano, seguido das aprendizagens para a vida futura, quer profissional, quer privada – **Tabela 10**.

**O que Desejam os Jovens Inquiridos para o Futuro?**

		Frequência	Porcentagem
O que deseja para o futuro (laboral)	Trabalhar numa área desejada	14	82,3
	Não trabalhar	1	5,9
	Não sabe	1	5,9
	Total	16	94,1
Omisso		1	5,9
Total		17	100

Tabela 11 - O que deseja para o futuro?

As conclusões retiradas dos dados anteriores corroboram com o explicitado pelos inquiridos, onde a maior parte olha para a saída da instituição com o objetivo de trabalhar numa área desejada, aliado da escolaridade obtida com os cursos de formação lecionados no Centro Educativo, como a Eletromecânica e Eletricista – **Tabela 11**.

Por meio da **Tabela 12** compreende-se como a predominância do “Roubo” como causa da sentença atinge proporções superiores a outros fatores de criminalidade. Por meio do somatório dos diferentes ramos do qual o “roubo” faz parte, compreendemos como esta expressão se situa nos 64,8%, com os outros crimes isolados a perfazer um somatório de 29,4%.

**Motivo da Sentença dos Jovens Inquiridos**

		Frequência	Porcentagem
Motivo da Sentença	Roubo	3	17,6
	Tráfico de Droga	1	5,9
	Agressão	3	17,6
	Problemas escolares	1	5,9
	Roubo e tráfico	1	5,9
	Roubo e Violação	1	5,9
	Roubo, tráfico e violência	1	5,9
	Roubo e problemas escolares	1	5,9
	Roubo e Furto	1	5,9
	Roubo e Condução Ilegal	1	5,9
	Roubo e sequestro	1	5,9
	Roubo, furto e tráfico de droga	1	5,9
	Total	16	94,1
Omisso		1	5,9
Total		17	100,0

Tabela 12 - Motivo da Sentença

Não obstante os crimes tipificados e esmiuçados na tabela anterior, importa perceber que outros problemas os jovens enfrentaram ao longo das suas trajetórias de vida – **Tabela 13**:

**Problemas na Trajetória de Vida dos Jovens Inquiridos**

		Frequência	Porcentagem
Problemas na Trajetória de Vida	Consumo de droga	8	47,1
	Violência	2	11,8
	Consumo de Droga e Violência	3	17,6
	Consumo de Droga, Violência e Alcool	1	5,9
	Nenhum	2	11,8
	Total	16	94,1
Omisso		1	5,9
Total		17	100,0

*Tabela 13 - Problemas na Trajetória de Vida*

Pela leitura dos dados da **Tabela 13** compreende-se como, não obstante os problemas que levaram à medida de internamento neste Centro Educativo (**Tabela 12**), os jovens ao longo do seu percurso foram contactando com outras problemáticas marcantes, tais como o consumo de drogas – a assumir a expressão de 47,1% quando analisado de forma isolada. Assim, apesar da violência marcar-se como fator diferenciador e possível de analisar de forma isolada – 11,8% -, constata-se como a sua conexão com o consumo de estupefacientes é transversal aos 14 (16-2) indivíduos que indicaram experienciar problemas nos seus trajetos de vida.

**Frequência dos Consumos de Droga dos Jovens Inquiridos**

		Frequência	Porcentagem
Frequência dos Consumos	Diário	11	64,7
	Ocasional/Experimental	1	5,9
	Total	12	70,6
Omisso		5	29,4
Total		17	100,0

*Tabela 14 - Frequência dos Consumos de Droga*

Dos dados recolhidos por meio da entrevista biográfica, importa relembrar que dos 17 indivíduos, 1 não respondeu - desta forma, perfaz-se o total de 16 jovens inquiridos na entrevista biográfica. Com isto, compreende-se como são “4” o número de casos omissos, dizendo estes respeito aos jovens que não utilizam estupefacientes – **Tabela 14**.



Pela análise dos restantes dados, pode-se afirmar que mais de metade dos jovens (>50%) levava um estilo de vida com consumos diários (64,7%), onde somente 1 dos inquiridos revelou ter sido só de carácter experimental.

### Como Arranjavam Dinheiro para os Consumos os Jovens Inquiridos?

		Frequência	Percentagem
Como arranjava dinheiro para os consumos?	Roubo	3	17,6
	Tráfico de Droga	2	11,8
	Trabalho	1	5,9
	Pedia aos Progenitores	2	11,8
	Roubo e progenitores	2	11,8
	Progenitores e trabalhos esporádicos	1	5,9
	Total	11	64,7
Omisso		6	35,3
Total		17	100,0

Tabela 15 - Dinheiro para Consumos

Desta análise, compreende-se o roubo, tal como na relação entre o motivo da sentença (Tabela 9), se mantém como forma de obter dinheiro que alimenta os consumos de estupefacientes (29,4% na totalidade). Com esta análise é ainda possível averiguar o papel dos progenitores nestes casos, mesmo que não sendo do conhecimento dos mesmos – **Tabela 15**.

Na verdade, foi ainda explicitado pelos jovens outras formas que lhes permitiam alimentar os consumos – **Tabela 16**:

### Fontes de Rendimento dos Jovens Inquiridos?

Quais foram as fontes de rendimento?	Nº
Roubo	10
Tráfico de Droga	2
Furto	1
Pais	10
Trabalho	3
Instituição	1

Tabela 16 - Fontes de Rendimento dos Jovens

Pelos dados recolhidos é possível constatar como grande parte dos consumos ocorria quer individualmente, como em grupo – **Tabela 17**.

### Contexto dos Consumos dos Jovens Inquiridos

		Frequência	Percentagem
Contextos de Consumo	Individual	1	5,9
	Grupal	1	5,9
	Individual e Grupal	9	52,9
Omisso		6	35,3
Total		17	100,0

Tabela 17 - Contexto dos Consumos

Articulando com os dados da **Tabela 18** é ainda possível de refletir como, na grande maioria, os consumos começaram na fase pré-adolescência.

### Início dos Consumos dos Jovens Inquiridos

		Frequência	Percentagem
Início dos Consumos	11 anos	3	17,6
	12 anos	6	35,3
	13 anos	1	5,9
	14 anos	1	5,9
	15 anos	1	5,9
Omisso		5	29,4
Total		17	100,0

Tabela 18 - Idade do Início dos Consumo

Em consequência destes episódios delinquentes na vida dos jovens, tornou-se importante compreender se as mesmas tinham tido impacto na frequência de outras instituições – **Tabela 19**:

### Frequência de Outras Intuições por Parte dos Jovens Inquiridos

		Frequência	Percentagem
Frequentou outras instituições?	Sim	13	76,5
	Não	3	17,6
	Total	16	94,1
Omisso		1	5,9
Total		17	100,0

Tabela 19 - Frequência de outras instituições

Pela análise efetuada, compreende-se que 76,6% dos jovens esteve, de facto, institucionalizado. Já para 17,6% dos inquiridos, o internamento no Centro Educativo foi o primeiro contacto com o mundo institucional. Na verdade, e pelos dados recolhidos, é possível constatar que a grande maioria dos jovens foi para ambiente institucional entre os 13 e 14 anos

– 6 dos jovens inquiridos-, seguindo-se da faixa etária dos 1 aos 5 anos de idade e, por última, em mesma expressão de dois indivíduos, a faixa dos 11 aos 12 anos.

Torna-se ainda possível de apontar os acontecimentos que motivaram a inserção em ambiente institucional, como uma expressão clara do absentismo escolar, seguido de problemas familiares – **Tabela 20**.

### **Acontecimentos que Motivaram Inserção em Ambiente Institucional dos Jovens Inquiridos**

Que acontecimentos motivaram ida para a Instituição?	Frequência
Tentativa de Suicídio	1
Problemas Familiares	3
Roubo	2
Agressões	1
Absentismo Escolar	4
Mau Comportamento Escolar	1
Acontecimento de vida não especificado	1
Alvo de violência doméstica	1

*Tabela 20 - Acontecimentos que motivaram inserção em ambiente institucional*

Como ainda explicitado pelos jovens no decorrer da entrevista, torna-se possível constatar como parte destes comportamentos faziam parte do grupo de pares de que se identificavam – **Tabela 21**:

### **Como os Jovens Inquiridos Passavam o Tempo com os Amigos**

Como costuma passar tempo com amigos	Nº
Conversar	6
Desporto	6
Roubo	4
Consumos (drogas/álcool)	4
Jogar consola	1
Passeios	1

*Tabela 21 - Como passa o tempo com os amigos*

Posta esta leitura dos dados referentes aos problemas enfrentados na trajetória de vida dos indivíduos, assim como dos consumos de drogas levados a cabo pelos mesmos, importa compreender de que forma estes episódios foram, e são percecionados, pelos jovens.

### Atribuição de Responsabilidade dos Comportamentos dos Jovens Inquiridos (Locus de Controlo)

		Frequência	Percentagem
A quem atribui responsabilidade dos seus comportamentos?	A si	10	58,8
	A colegas	1	5,9
	A elementos do meio externo que frequenta	2	11,8
	A si e aos seus amigos	1	5,9
	Total	14	82,4
Omisso		3	17,6
Total		17	100,0

Tabela 22 - A quem atribui responsabilidade dos comportamentos? (Locus de Controlo)

Pela leitura da **Tabela 22** – construída pelas respostas à entrevista bibliográfica-, compreendemos como mais de metade (>50%) dos jovens diz atribuir a responsabilidade dos comportamentos a si: 58,8%. Já 17,7% atribui a elementos externos a si (colegas e elementos do meio externo a si). De realçar ainda o facto de existirem 3 casos omissos: uma vez que um dos casos diz respeito ao indivíduo não participante no momento de entrevista, pode-se concluir que dois elementos não sabem a quem atribuir a culpa (11,9%).

### Atribuição de Responsabilidade dos Comportamentos dos Jovens Inquiridos Aquando a Primeira Institucionalização (Locus de Controlo)

		Frequência	Percentagem
Atribuição de Responsabilidades Comportamentais	A si	10	58,8
	A colegas	1	5,9
	A elementos do meio externo que frequenta	2	11,8
	Não atribui responsabilidade a nada	1	5,9
	Total	14	82,4
Omisso		3	17,6
Total		17	100,0

Tabela 23 - Atribuição de Responsabilidades Comportamentais (Locus de Controlo)

Neste seguimento, e dos resultados já apresentando, na **Tabela 23** podemos verificar a atribuição que os jovens fazem aos comportamentos que vivenciaram na sua primeira institucionalização. Apesar de os dados serem praticamente semelhantes ao apresentado anteriormente – Tabela 22 -, é possível constatar que um dos inquiridos admite não atribuir responsabilidade a nada. Uma vez que somente um dos casos omissos diz respeito a um

inquirido não entrevistado, é possível constatar que três jovens não sabem como classificar os seus comportamentos e motivos.

Não obstante esta análise e reflexão feita pelos próprios inquiridos, importa perceber quais os acontecimentos significativos nas trajetórias de vida dos jovens, para além daqueles com que se defrontaram ao entrar em ambiente institucional:

#### Acontecimentos Significativos na Vida dos Jovens Inquiridos

		Frequência	Percentagem
Acontecimentos Significativos	Separação dos pais	2	11,8
	Morte de um dos progenitores ou de outro elemento significativo do agregado	6	35,3
	Vítima de maus tratos por agressão física (ameaças, escoriações, etc.)	2	11,8
	Adoção	1	5,9
	Doença no seio do agregado familiar	1	5,9
	Total	12	70,6
Omisso		5	29,4
Total		17	100,0

Tabela 24 - Acontecimentos Significativos na Vida dos Jovens

Pela leitura da **Tabela 24**, compreende-se a forma como a morte é dos acontecimentos mais expressivos da população inquirida. Com 35,3%, o contacto que os jovens tiveram com a morte de um dos progenitores ou de elemento significativo do agregado revelou-se elemento referido com pesar pelos jovens, seguindo-se a separação dos progenitores a afetar a dinâmica do jovem (11,8%), assim como o contacto com a violência física (11,8%).

Ainda nestes dados, de destacar que 4 dos inquiridos refere não ter experienciado nenhum acontecimento significativo (23,5%).

À luz desta percepção dos jovens e que reflete a importância da estrutura familiar, importa compreender como é percebido por estes a relação dos progenitores, quer para com eles mesmos, como para com os filhos – **Tabela 25:**

**Natureza da Relação do Casal**

		Frequência	Percentagem
Natureza da Relação do Casal	Distante/difusa	3	17,6
	Proximidade	8	47,1
	Conflituosa	4	23,5
	Total	15	88,2
Omisso		2	11,8
Total		17	100,0

*Tabela 25 Natureza da Relação do Casal*

Não obstante o acréscimo de um dos casos omissos fruto do inquirido ter, desde pequeno, residido em instituições, torna-se expressiva a natureza de proximidade entre os progenitores, com uma taxa de 47,1% comparativamente a uma relação conflituosa, com 23,5%, para em último mostrar-se expressiva a relação distante e/ou difusa, com 17,6%.

Em junção com os dados supramencionados, poderemos ainda constatar a percepção do jovem relativamente ao progenitor que exerce controlo em seio do agregado familiar – **Tabela 26:**

**Progenitor que, Segundo o Jovem Inquirido, Exerce Controlo**

		Frequência	Percentagem
Progenitor Que Exerce Controlo	Mãe	3	17,6
	Pai	5	29,4
	Ambos	7	41,2
	Total	15	88,2
Omisso		2	11,8
Total		17	100,0

*Tabela 26 - Progenitor Que Exerce Controlo*

Os dados apresentados referem-nos que em 88,2% dos agregados, em 41,2% o controlo é exercido por ambos os progenitores, onde se destaca posteriormente a maior presença do sexo masculino com 29,4% e, por último, um controlo exercido pela progenitora a registar-se nos 17,6%.

De forma somatória e aliada à percepção que os jovens detêm dos seus progenitores, é de destacar de que referente à figura materna, somente um jovem aponta não receber da mesma

interesse, afetos, reconhecimento e valorização, assim como encorajamento. Aliado a este facto está a indicação dada por dois jovens que expressaram ter passado por episódios de violência física e/ou verbal – **Tabela 27**:

**Episódios de Violência Física /ou Verbal Sentidos Pelo Jovem pela Progenitora**

		Frequência	Percentagem
Episódios de Violência Física e/ou Verbal da Progenitora ao Jovem	Sim	2	11,8
	Não	13	76,5
	Total	15	88,2
Omisso		2	11,8
Total		17	100,0

*Tabela 27 - Episódios de Violência Física e/ou Verbal da Progenitora ao Jovem*

Uma análise quase idêntica é possível de fazer relativamente ao progenitor masculino. Assim, e de forma sucinta, um dos jovens relata não receber demonstração de interesse por parte do pai, havendo igualmente um dos inquiridos que revela ter experienciado situações de violência física e/ou verbal por parte deste. Relativamente à demonstração de afetos, dois jovens revelam não receber por parte do pai essa demonstração – **Tabela 28** -, com um jovem a revelar não obter do progenitor masculino qualquer promoção ou reconhecimento face ao seu comportamento.

**Demonstração de Afetos por parte do Progenitor Masculino**

		Frequência	Percentagem
Demonstração de Afetos por parte do Progenitor	Sim	13	76,5
	Não	2	11,8
	Total	15	88,2
Omisso		2	11,8
Total		17	100,0

*Tabela 28 - Demonstração de Afetos por parte do Progenitor Masculino*

É ainda possível constatar como a grande maioria dos indivíduos preferia manter os problemas/conflitos para si, ao invés de os resolver com os elementos adultos e/ou de referência do seu agregado – **Tabela 29**:

**Como Eram Abordados os Problemas por Parte dos Jovens Inquiridos**

		Frequência	Porcentagem
Abordagem de Problemas	Analisados em momento próprio e no coletivo dos elementos familiares	2	11,8
	Discutidos entre os progenitores e posteriormente informados os outros elementos	2	11,8
	Resolvidos com o pai	2	11,8
	Resolvidos com a mãe	2	11,8
	Não há conversa regular sobre os problemas e o modo como cada um os vive e sente	1	5,9
	Ignorados, mantendo-se o conflito ("paz padre")	5	29,4
	Resolvidos com o irmão/irmã	1	5,9
Total		15	88,2
Omisso		2	11,8
Total		17	100,0

Tabela 29 - Abordagem de Problemas por Parte dos Jovens

Há luz destes dados, e pela análise da **Tabela 30**, entende-se como a percepção emocional dos jovens se traduz no expressar da importância de uma pessoa de apoio aquando da saída do ambiente institucional (88,2%).

**Importância Atribuída pelos Jovens Inquiridos a uma Pessoa de Apoio**

		Frequência	Porcentagem
Considera importante uma pessoa de apoio?	Sim	15	88,2
	Não sabe	1	5,9
	Total	16	94,1
Omisso		1	5,9
Total		17	100

Tabela 30 - Importância de uma Pessoa de Apoio

Pelos dados qualitativos recolhidos, esta importância é sustentada pela crença de que os jovens ou dependem da pessoa para apoio, por esses colegas/familiares serem fonte de confiança, para se conseguirem orientar no futuro, por as pessoas do meio exterior disporem de mais recursos para “o agora” e o futuro, para a manutenção de um bom comportamento, para a



obtenção de emprego, para conseguir ter uma vida independente e, por último, para evitar sentimentos de solidão.

Estes dados são possíveis de elencar com os da **Tabela 31**, recolhidos de forma qualitativa, em que a grande maioria dos jovens manifesta vontade em mudar os seus comportamentos e hábitos. Contudo, é notória a forma como a privação de liberdade e receio com a vida futura assumem contornos mencionados pelos mesmos.

### Consequências Resultantes dos Comportamentos Atuais e Refletidos pelos Jovens

#### Inquiridos

Consequências resultados dos comportamentos atuais	Frequência
Mudança de comportamentos (positiva)	9
Mudanças nos Hábitos de consumo	2
Deixar de ver pais, familiares e/ou amigos (consequência negativa - desvantagem)	1
Regime Semiaberto	2
Mudança negativa no comportamento pautada pelo ambiente (algo decorrente da institucionalização)	1
Preocupação pelo estado de saúde	1
Nenhuma alteração	1
Dificuldade em encontrar trabalho	1
Estar no Centro Educativo	1
Regime fechado	3

Tabela 31 - Consequências resultados dos comportamentos atuais

## 2. Caracterização sociodemográfica do agregado familiar

### Dimensão do Agregado Familiar

		Frequência	Percentagem
Dimensão Agregado Familiar	Famílias de pequena dimensão (1 a 2 pessoas)	2	11,8
	Famílias de média dimensão (3 a 4 pessoas)	6	35,3
	Famílias numerosas (5 e mais pessoas)	8	47,1
	Total	16	94,1
Omisso		1	5,9
Total		17	100,0

Tabela 32 - Dimensão Agregado Familiar

Pela leitura da **Tabela 32** fica compreensível que a maioria dos inquiridos reside num agregado com 5 ou mais pessoas (47,1%), seguindo-se depois as famílias de média dimensão (35,3%) e, por último, uma representação simbólica de agregados de pequena dimensão (11,8%). Ao olhar para estes resultados à luz do tipo de famílias, conseguimos constatar a presença expressiva de agregados familiares monoparentais – **Tabela 33**:

### Tipologia do Agregado Familiar

		Frequência	Percentagem
Tipo de Agregado Familiar	Família nuclear com filhos	7	41,2
	Família monoparental	9	52,9
	Total	16	94,1
Omisso		1	5,9
Total		17	100,0

Tabela 33 - Tipo de Agregado Familiar

Com uma expressão de mais de metade, com 52,9%, a família monoparental mostra-se predominante nesta amostra, seguindo-se posteriormente a família nuclear com filhos, com uma taxa de representação de 41,2%.

### Nível de Escolaridade dos Elementos do Agregado Familiar

		Frequência	Porcentagem
Nível de Escolaridade dos Elementos do Agregado Familiar	1º Ciclo Incompleto	2	2,8
	4º Ano	9	12,7
	6º Ano	25	35,2
	9º Ano	13	18,3
	12º Ano	7	9,9
	n/sabe	13	18,3
	Total	69	97,2
Omisso		2	2,8
Total		71	100,0

Tabela 34 - Nível de Escolaridade dos Elementos do Agregado Familiar

Em termos educacionais, destaca-se a predominância de, em 69 elementos totais, a grande maioria do nível de escolaridade recai no 6º ano, com uma expressão de 35,2%. Destaca-se posteriormente a grande frequência do 9º ano – 18,3%, seguindo-se o 4º, 12º e, por fim, o primeiro ciclo incompleto – **Tabela 34 e 35**.

### Nível de Escolaridade por relação aos Membros do Agregado

		Nível de Escolaridade						Total
		1º Ciclo Incompleto	4º Ano	6º Ano	9º Ano	12º Ano	n/sabe	
Membros do Agregado	Mãe	1	3		1	1	2	8
	Pai		3	2	2	2	5	14
	Irmão			7	7	2	1	17
	Irmã	1		2	2	2		7
	Avô						1	1
	Avó						3	3
	Madrasta						1	1
	Outro elemento		1					1
	Irmã Adotiva		1	1				2
	Próprio		1	12	1			14
	Próprio – Adotado			1				1
	Total	2	9	25	13	7	13	69

Tabela 35 - Nível de Escolaridade por relação aos Membros do Agregado

Ao aprofundar os dados apresentados anteriormente pela Tabela 34, compreendemos (com a **Tabela 35**) como a expressão do 6º ano se deve ao nível de escolaridade do próprio indivíduo, com um total de 13 jovens. Já entre os progenitores, é de destacar a predominância dos níveis de 4º ano, com 6 jovens a indicar esse nível de escolaridade dos seus progenitores, seguindo-se do 9º e 12º ano em contagem igualitária. Posteriormente, surge o nível de 6º ano e, por último, o 1º ciclo incompleto.

### Condição Perante o Trabalho do Agregado Familiar

		Frequência	Percentagem
Condição Perante o Trabalho	Desempregado/a	7	9,9
	Empregado/a	20	28,2
	Doméstico/a	1	1,4
	Impossibilitado/a de trabalhar	1	1,4
	Reformado/a	6	8,5
	Estudante	33	46,5
	Indivíduo em idade não estudantil	1	1,4
	n/sabe	1	1,4
	Total	70	98,6
Omisso		1	1,4
Total		71	100,0

Tabela 36 - Condição Perante o Trabalho

Relativamente à condição perante o trabalho dos diferentes agregados – **Tabela 36** -, compreende-se como 28,2% dos jovens indica que os elementos dos agregados familiar estão empregados, seguindo-se elementos desempregados, com uma taxa de 9,9%. Em sua maioria encontram-se os jovens estudantes, com 46,5%. Os rendimentos são assim provenientes, na sua maioria, do trabalho, passando posteriormente para pensões e/ou reformas.

### 3. Análise à escala IPC – Locus de Controlo

Após o processamento de dados recolhidos por meio da aplicação da escala IPC de Levenson (1972), foi possível a obtenção dos seguintes dados – **Tabela 37**:

**Variáveis da I, P e C da Escala IPC de Levenson**

		N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Fatores	I	17	18	46	33,9	6,4668
	P	17	12	45	27,8	10,519
	C	17	12	40	26,9	7,84
Válidos N		17				

*Tabela 37 - Variáveis Locus de Controlo*

Por meio dos dados recolhidos, constata-se em como o fator da Internalidade (I) apresenta a média mais elevada, com 33,9; seguindo-se da externalidade por meio do controlo dos outros poderosos (P), com 27,8, passando por último para a questão externa atribuída ao acaso ou à sorte (C), com 26,9.

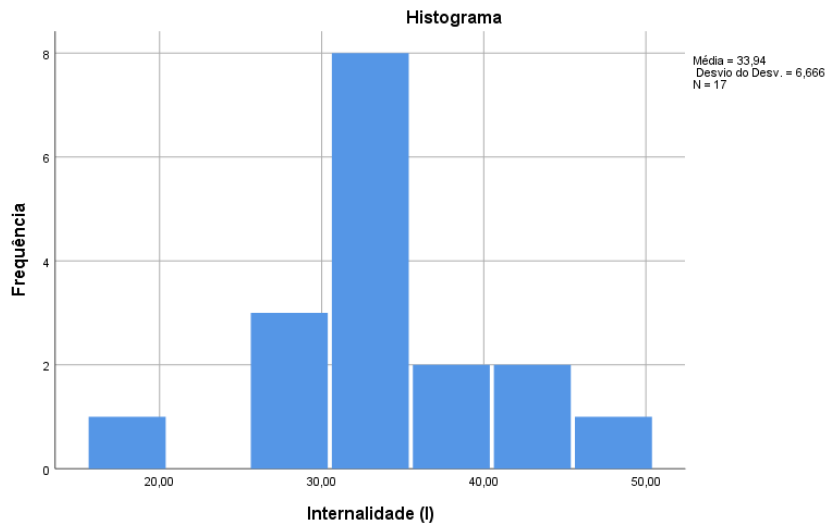
Importa referir que a escala obteve para a sua consistência interna o valor de 0,926 (Alfa de Cronbach). Como já notado anteriormente, enquanto que valores entre o 0,9 e 0,8 são considerado bons; 0,8 a 0,7 são aceitáveis e abaixo de 0,6 são já questionáveis ou mesmo valores fracos, valores superiores a 0,9 são considerados como indicadores de uma excelente consistência interna (Pereira & Patrício, 2016) – **Tabela 38**:

Estatísticas de confiabilidade	
Alfa de Cronbach	N de itens
,926	24

*Tabela 38 – Estatísticas de Confiabilidade (Alfa de Cronbach) – Escala IPC*

De forma individual, e pela análise do **Gráfico 1**, é possível observar a tendência para a simetria observada relativamente à variável I - Internalidade:

### Histograma da Normalidade do Fator I da Escala IPC de Levenson



*Gráfico 1 - Histograma da Normalidade de I*

Atendendo ao refletido anterior, é possível constatar a presença de valores baixos para I – indicando uma dificuldade em atribuir responsabilidade dos seus comportamentos a si. É igualmente evidenciando valores elevados, demonstrando que acreditam que os seus comportamentos são controlados pelo que lhes acontece na vida.

Pela análise do **Gráfico 2**, compreende-se a grande discrepância existente entre os valores, não existindo sequer simetria ou aproximação a uma normalidade no caso da variável P – externalidade associada a elementos poderosos. Tal é igualmente constatável pela Tabela 23, com um desvio padrão<sup>4</sup> de 10,84.

### Histograma da Normalidade do Fator P da Escala IPC de Levenson

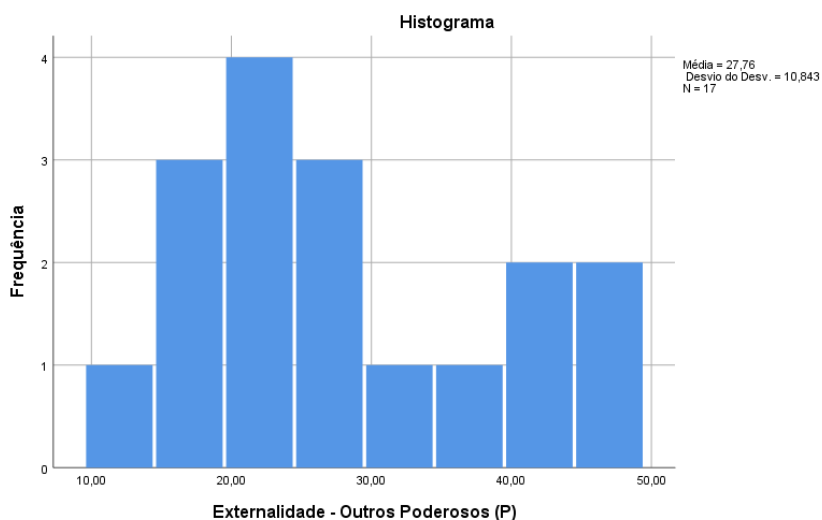
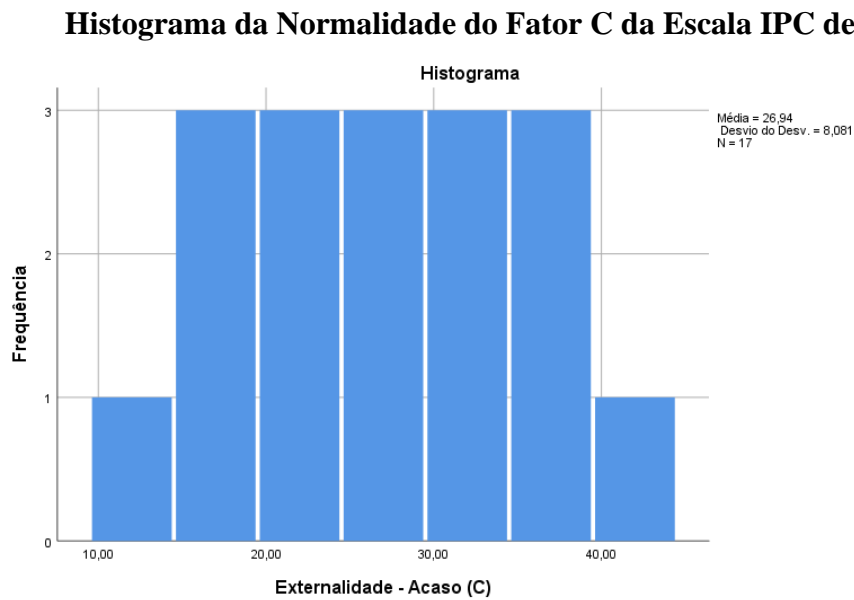


Gráfico 2 - Histograma da Externalidade (Outros Poderosos) (P)

É notória a existência de flutuações nos resultados, quer para valores baixos, como para valores elevados e que fogem à norma. Com isto, é possível referir em como um dos indivíduos não acredita no fator de “outros elementos poderosos” (P) no controlo das suas ações, enquanto que, no extremo oposto, a existência de outros jovens que atribuem a responsabilidade dos seus comportamentos à existência de outros elementos poderosos nas suas vidas – ou seja, indivíduos com um locus de controlo externo defensivo.

<sup>4</sup> O desvio padrão é uma medida estatística que indica a expressão existente em torno de um conjunto de dados. Quanto mais próximo for de “0” o desvio, mais homogêneo são os dados da amostra.

Relativamente à Externalidade por atribuição ao acaso ou à sorte (C) - **Gráfico 3**, compreende-se a grande simetria entre os valores. Neste fator é perceptível em como a variação de valores não ocorre de forma tão expressiva no que toca aos máximos e extremos da amostra em estudo. Todavia, estamos ainda na presença de indivíduos com um locus de controlo externo congruente.



*Gráfico 3 - Histograma da Externalidade (Acaso) (C)*



#### 4. Análise dos resultados

Esta análise poderia facilmente começar pelo significado da palavra “força”, uma das mais repetidas pelos jovens quando questionados se consideram importante vir a ter alguém face à sua medida de sentença (item 3 da secção III – Previsão de Sentença da entrevista biográfica – **Tabela 30**). Tal facto, e como elucidado na componente teórica, valida a forma como o indivíduo olha para as figuras de referência mediante o seu processo de crescimento e maturação. É assim, sem surpresa, possível de constatar como para estes jovens a família funciona como pilar estruturante e de orientação futura (**Tabela 30 e 31**).

A família, e como refletido anteriormente, opera como um sistema por meio das interações que estabelece com os seus elementos, sem esquecer da influência perpétua que o próprio meio desenvolve e impacta nas mesmas (Alarcão, 2000). É o respeito por este sistema e suas transformações que importa compreender aos indivíduos face aos desafios que encontram diariamente por meio das suas convivências internas e externas, procurando-se desta forma a geração de elementos de estabilidade de mudança (Alarcão, 2000).

À luz do refletido na componente teórica, verifica-se como a família monoparental mantém uma maior expressão (**Tabela 32 e 33**), em que parte dos jovens relataram não ter sequer contacto com o progenitor ausente. Esta eventual falta da figura ausente do adulto (pai/mãe) poderá provocar vários obstáculos, em que no caso da vivência com somente um dos cônjuges pode-se chegar a perder esse laço ou até mesmo não chegar a constituir-se. Pode igualmente provocar certos problemas intra e extrafamiliares, vendo-se o suporte emocional e o sentimento de pertença posto em causa, em que os jovens podem mesmo ficar perturbados (Alarcão & Melo, 2009). Outra barreira pode traduzir-se, por exemplo, na dificuldade de a criança construir a sua identidade por falta de um modelo de identificação, cabendo ao adulto presente na sua vida colocar importância nas atitudes (positivas/negativas) relativamente ao adulto ausente, dando oportunidades que a criança e o adulto possam interagir. Por outro lado, é necessário ter em conta o posicionamento da sociedade perante estas crianças, isto porque um dos efeitos mais evidentes é o surgimento de sentimentos de vergonha e de estigmatização vividos pela criança, por exemplo, no espaço da escola (certas atividades que podem contribuir para aumentar o sentimento, como o caso das comemorações especiais do dia do pai/mãe, ou até mesmo, na solicitação da presença dos encarregados de educação) (Melo & Alarcão, 2009).

Não obstante o mencionado, e vendo-se por vezes estes jovens inseridos precocemente no mercado de trabalho com o intuito de ajudarem em casa ou para atos ilícitos (**Tabela 15 e 16**),

estes ocorrerem em situações de abandono escolar (**Tabela 7 a 9**) ou até, em casos extremos, na entrada em grupos, gangues, na procura de uma identidade e de meios económicos que não conseguem estar assegurados no seio familiar (**Tabela 36**). Tais situações potenciam fenómenos de pobreza e exclusão social, levando à vulnerabilidade destes jovens (Costa & Marra, 2013). Além mais, e como refletido anteriormente, importa elencar à luz dos resultados apresentados, como a estreita relação da família com o meio exterior (Bourdieu & Passeron, 1967) são fatores que influenciam os papéis sociais desempenhados pelos diversos membros do agregado familiar e que, com a entrada da criança na escola, se podem “atropelar” uns aos outros.

Constata-se assim, sem surpresas, a forma como muito dos jovens alvos do estudo, desde cedo começaram a ser influenciados pelo meio que frequentavam. Esta influência do ambiente perpetua no jovem, levando ao desvio e à manifestação e inserção em comportamentos e/ou atividades de que este não fazia parte, numa tentativa de identificação e, possivelmente no futuro, afirmação (**Tabela 7, 8, 12, 13, 17, 20, 21**). Este contacto do qual os jovens começam a fazer parte torna-se referência na constituição e estruturação do seu *self*, levando a que o grupo ou ambiente externo ao familiar do qual o jovem se insere seja potenciador de uma nova rotura (Ferreira, 2000). Ao não existir uma boa comunicação no seio familiar (**Tabela 29**), em que a grande maioria dos jovens guardava para si os problemas – aliado às imprevisibilidades sentidas no seio familiar por meio da experimentação dos jovens com o divórcio, morte de elementos próximos ou até de meio externo à residência (**Tabela 24**); assistimos a um reforço do absentismo e falta de interesse escolar evidenciado pelos jovens (**Tabela 8 e 9**).

Como já mencionado, a escola estando afastada da realidade social de onde são provenientes estes indivíduos, atua como um elemento que confirma a realidade vivida por estes, confirmado a separação social que os jovens já experimentam no seio das suas famílias (Bourdieu, 1996). Ou seja, a instituição escolar ao invés de atuar como local de construção identitária do jovem por meio das suas competências, irá atuar antes como elemento segregador ao encontrar nestes jovens comportamentos disruptivos e que demonstram a revolta que estes sentem com o sistema de ensino padronizado. Ademais, se comporta esta reflexão com os dados recolhidos assim como pela análise estatística apresentada anteriormente, do qual os jovens não reconhecem utilidade na escola (**Tabela 8**), algo que muda drasticamente quando internados em Centro Educativo (**Tabela 9 e 10**) (SICAD, 2019).

Explica-se assim, e à luz do refletido anteriormente, como estes comportamentos levam a que o jovem procure a identificação com grupos de pares que corroborem esta sua situação e realidade, levando a uma menor dependência por parte da família e das regras, normas e padrões

comportamentais definidos por esta. Atendendo a que parte dos jovens assume não resolver os problemas em contexto familiar (**Tabela 29**), recorrendo somente à família por dependência monetária (**Tabela 14 e 15**) e não emocional, existe uma quebra para os jovens das barreiras de amor, segurança e confiança (Alarcão & Gaspar, 2007). Desta forma, compreende-se como a maioria destes agregados familiares se enquadram numa tipologia de família desmembrada, com os jovens a tentar procurar apoio num outro grupo de elementos significativos homogéneo, potenciando um desenvolvimento incapaz de ser nutritivo no desenvolvimento das capacidades do jovem, competências e futuros papéis sociais (Bourdieu P. , 1979).

Neste elencar de acontecimentos significativos para o indivíduo, este procura uma reputação social ao adquirir um estatuto favorável ao seu legado contruído no seio deste grupo a que pertence. Assiste-se ao início da carreira delinquente (Becker, 2008), não sendo o jovem capaz de controlar os seus impulsos, vendo-se diante uma deficiência moral características dos comportamentos delinquentes. Exemplos encontram-se nas trajetórias passadas de alguns dos jovens e na forma como, repetidamente, vaguearam de instituição em instituição (**Tabela 19 e 20**) por conta do absentismo escolar e das escolhas ligadas à toxicodependência antes do acolhimento em Centro Educativo. O próprio desinteresse pelo meio escolar advém assim das influências do meio externo, nomeadamente dos “amigos” e da influência que estes têm na perceção que o indivíduo vai construindo, agora de forma desviante (**Tabela 17 e 20**). Sendo o autoconceito um elemento alimentado na realidade subjetiva do indivíduo na interação em ambiente escolar, ao existir a quebra no jovem desta realidade, os jovens veem-se influenciados pelas perceções que os elementos destes novos grupos de pares fazem do seu comportamento influenciado pelo ambiente (Serra, Gonçalves, & Firmino, 1986).

A estrutura familiar e a envolvimento dos progenitores torna-se mecanismo de prevenção de comportamentos delinquentes, algo que se não corretamente estimulado, leva à abertura dos jovens a outras realidades (Donges, 2015). Sendo a adolescência a fase do questionamento e procura de resposta, esta confusão e procura de novas definições pessoais potencia estes episódios (Martins, 2005).

É o ingresso nestes meios comportamentais e falta de identificação com os progenitores – igualmente potenciado pelos problemas dos quais os jovens encontraram ao longo das suas trajetórias e episódios de vida -, que revela igualmente o sentimento de orgulho e/ou pertença nestes grupos de amigos que poderá levar a que os mesmos não sejam completamente honestos aquando das respostas respondidas e apresentadas na presente dissertação (**Tabela 21**). A mentira constitui-se como dos principais comportamentos antissociais que, aliados à fase de descoberta da adolescência, potenciam o aumento da criminalidade e interesse do jovem nesta

carreira de desvio (Guimarães, 2012). Porém, faz também parte do indivíduo a escolha da imagem e identidade que quer assumir, impactando a estruturação do próprio “eu”. Quanto maior o tempo passado pelos jovens com pares que passem pela mesma situação, maior o aumento do risco e perpetuação no mundo criminal (Guimarães, 2012). Se aliarmos estes fatores à natureza da relação dos progenitores de distante/difusa e/ou conflituosa (**Tabela 25**), damos conta de como estão reunidas as condições para o aparecimento de conflitos internos no seio familiar e para trocas com o exterior em risco e/ou rígidas. A própria transformação do agregado é posta em causa, não possibilitando a resolução dos conflitos internos dos indivíduos (Alarcão, 2000) e que são agravados com o contacto que estes vão tendo com a morte, violência ou violação, quer em meio familiar, como externo.

O contacto com o consumo e/ou tráfico de droga, roubo, atos de violência, violação ou furto aparecem como resposta aos estímulos dos indivíduos (Guimarães, 2012), numa altura em que a atribuição da culpa destes atos está presente, em alguns casos evidenciados neste estudo (**Tabela 22 e 23**), no meio envolvente ou, até mesmo, a influências de colegas e/ou amigos (**Tabela 17**). A permanência no comportamento delinquente leva assim à continuação perdurada do mesmo ao longo do tempo, por meio dos reforços que o jovem recebe. Esta validação continuada faz com que o jovem continue a sua trajetória de vida com incidência em comportamentos e episódios desviantes (Soares, 2007), potenciando o interesse do jovem em os manter face ao estatuto que vai adquirindo nesta sua carreira delinquente.

O consumo de droga é, sem margem para dúvida, das razões mais explicitadas e que levaram ao acolhimento em Centro Educativo pelos jovens inquiridos (**Tabela 12, 13, 14, 17, 20 e 21**), havendo uma predominância da influência de fatores externos ao agregado familiar do qual os próprios jovens relataram não mencionar aos progenitores a verdadeira razão para lhes pedir dinheiro, enquanto que outros arranjavam o dinheiro para manter os consumos por meio de outros atos ilícitos: como o roubo e, conseqüentemente, furto, sequestro e o uso de violência. Denota-se nestes dados em como os jovens se encontram dentro das estatísticas apresentadas, mesmo quando em ambiente institucional (SICAD, 2019). O meio exterior como impulsionador do acesso a substâncias psicoativas potencia a experimentação e o consumo diário destes jovens, consumindo estes, na sua grande maioria, em contexto íntimo com amigos (**Tabela 17**).

O “querer” fugir da realidade parece ser igualmente sustentado por alguns dos episódios marcantes que os jovens passaram e sofreram nas suas trajetórias de vida – como a morte de elementos significativos -, não parecendo ter existido uma supervisão familiar adequada – algo que vai contra o reiterado pelos jovens face à relação afetiva que mantinham com os progenitores (**Tabela 24 e 28**). Tal vai ao encontro de como a maioria dos indivíduos destaca

não abordar os seus problemas com os progenitores, levando ao sentimento de “paz podre” dos mesmos (**Tabela 29**). É assim possível constatar problemas na comunicação dos jovens com os seus elementos do agregado familiar (Berger & Luckman, 1966), recalcando ainda mais as crises de identidade e afirmação, assim como de sentimentos de confusão próprios desta fase de desenvolvimento adolescente (Erikson, 1999).

Sendo o ser humano um animal social e que lida com a expectativa do que vai recebendo da realidade onde interage (Soares, 2007), o próprio consumo de substâncias psicoativas traduz-se numa expectativa de obter um alívio e recompensa imediata. Um alívio quer seja a nível emocional, quer de recompensa pela integração em ambiente do grupo que o levou aos consumos e o ajudou a mantê-los.

A identidade dos jovens é assim levada a cabo pelo contexto do grupo de quem o jovem procura por respostas para o que vivencia na sua esfera pessoal (Ferreira, 2000). Estes dados parecem estar em linha com os presentes do inquérito sobre comportamentos aditivos em jovens internados em Centros Educativos (2015) e apresentados em capítulo anterior, atendendo aos dados de desemprego que alguns dos jovens experimentam no agregado (**Tabela 36**), assim como da ausência de discussões – conversas – no seio familiar. Esta ausência poderá igualmente explicar-se novamente pela rigidez do tipo de famílias, ao qual leva o jovem à procura da sua autonomia e identidade.

Todavia, importa ressaltar em como parte destes jovens, fruto dos seus anos de institucionalização anterior à atribuição de medida em Centro Educativo, desenvolveram em grande maioria uma atribuição de culpa dos seus comportamentos a si e a fatores internos (**Tabela 23 e 24**), apresentando igualmente valores extremos na responsabilização dos seus atos, traduzindo-se numa culpabilização extrema (item I da Escala IPC – **Gráfico 1**). Já na culpabilização a elementos externos aos indivíduos (item P da Escala IPC - **Gráfico 2**), existe uma maior discrepância nos valores, com a responsabilização dos comportamentos a balançar entre uma forte crença aos outros, quer a uma atribuição de “culpa” ao próprio indivíduo, adotando estas posturas mais defensivas perante os seus atos. Estes fatores aliam-se na explicação de um locus de controlo externo atendendo à dependência que os jovens experienciam de substâncias ilícitas, pela aprendizagem realizada em contexto de grupo e referida inclusive pelos jovens como fator de manutenção do comportamento até ao momento de institucionalização por meio das expectativa gerada pelo grupo de pares (Soares, 2007).

Estes resultados parecem igualmente sustentar (item C da Escala IPC - **Gráfico 3**) a forma como os indivíduos acreditam que as causas dos seus comportamentos dependem antes dos acasos das suas vidas, ao invés da própria maneira como lidam com as situações (Soares, 2007).

Tal ocorre pelos papéis sociais que foram desenvolvendo ao longo da sua trajetória de vida, que reiterou os comportamentos e foi substituindo as experiências antigas dos jovens. Desta forma, torna-se compressível como a permanência do indivíduo em ambiente institucional e com reforço positivo face aos seus comportamentos antigos, vá balanceando na forma como encara a responsabilidade do seu comportamento. Assim, para uma forte internalidade, encontramos os sentimentos de culpa que são verbalizados pelos jovens quando questionados da causa dos seus comportamentos quando tinha, em casos já mencionados, sofrido de violência física e/ou verbal e atribuíam culpa a si mesmos. Porém, importa não esquecer de como indicadores de um baixo autoconceito são igualmente indicadores do risco na manutenção do comportamento desviante e de como estes baixos valores relacionados ao contexto familiar conseguem ter variações significativas ao encontrar-se um autoconceito elevado no relacionamento com outros jovens (Guimarães, 2012).

Desta forma, e atendendo aos processos de ressocialização com a atribuição de novos reforços e significados aos acontecimentos experienciados pelos indivíduos, é exetável encontrar as variações do que vão sentindo e da forma como olham para a família como possível resposta no encontro dos processos envolvidos na socialização primária (Luchmann & Berger, 2010).

Para que estes adolescentes possam experienciar a desintegração da realidade interiorizada é necessária a criação de contextos de interação que possibilitem a redefinição do mundo vivido, pela atribuição de novos símbolos, sentidos e significados às experiências vividas (Gonçalves & Gonçalves, 2001). Condições de interação que, permitindo a experimentação de situações reais de comunicação emocional firmes e regulares, de criação de vínculos seguros, sejam propiciadoras de oportunidades à transição para um estatuto de identidade de individualização mais elevada do Ego.

Como já explicitado neste capítulo, os dados recolhidos pela aplicação da escala IPC (**Gráfico 1 a 3**) demonstram esta mudança na perceção dos jovens e na forma como novos papéis sociais estão a ser desenhados por meio da intervenção neste registo de internamento. Estes investimentos por parte dos profissionais potenciam um investimento individual do jovem, procurando a ressocialização consciente no contexto familiar (Teixeira , 2009). Atende-se ainda ao facto de como a grande maioria dos jovens inquiridos frequentar ambiente institucional desde tenra idade. Este dado, aliado à privação de liberdade que se traduz como uma das grandes mudanças no que toca à institucionalização em Centro Educativo, permite refletir na forma como o objetivo ganha mais tempo para a sua reestruturação – juntamente com os profissionais -, promovendo uma nova atribuição de significados aos vínculos socio afetivos

e autónomos fora da instituição (Estevam, Coutinho, & Araújo, 2009). Parecem assim estar reunidos os dados que permitam apontar para uma grande influência do meio envolvente ao jovem. Tal deve-se ao facto de, atualmente, os jovens apontarem uma solidez na relação com os progenitores/figuras significativas para o futuro (**Tabela 30 e 31**).

Todavia, importa refletir como investimentos negativos por parte dos indivíduos nos seus percursos delinquentes levaram a identidades diferentes e confusas na definição de papéis futuros. Havendo incerteza nas ações a desempenhar, o indivíduo não é capaz de se afirmar para o seu futuro. Estes investimentos perduram mesmo na ressocialização e que possibilitam explicar as variações observáveis nos dados da Escala IPC.

Esta confusão de redefinição e reescrita biográfica identitária dos indivíduos demonstra como o processo de ressocialização é longo e demorado, espelhando-se os diferentes tipos de identidade e que explicam esta confusão identitária. Estamos assim na presença de *identity diffusion* em que os indivíduos dão a primazia ao agora, sem pensar no futuro ou nas possíveis alternativas. Evidente também nestes jovens é a *identity foreclosure*, em que o jovem é mais orientado pelos outros do que por si (Erikson, 1999).

A falta de empatia resultante destes tipos de identidade leva a sentimentos de incerteza e antecipa estigmatizações que reforçam estas condutas, levando ao desafio e ausência de culpa que facilita a entrada nos comportamentos delinquentes (Nardi & Aglio, 2010).

Porém, se no começo deste subcapítulo foi dada a conhecer a forma como os indivíduos olham para o seu futuro (**Tabela 11**), estes encaram a institucionalização e seus mecanismos de ressocialização com revolta, não só por estarem longe de elementos queridos, como da liberdade (**Tabela 31**). A associação a colegas dentro do meio institucional vem vincular o contínuo aumento do sentimento de pertença a um grupo, ao procurarem-nos como únicos elementos que compreendem o que estão a passar, associando-se. Estas constatações parecem ir ao encontro de alguns estudos, como de Estevam (2011) e Conde & Teixeira (2018), onde os jovens evidenciam vontade em sair do ambiente institucional por forma a arranjar emprego (**Tabela 10 e 11**) e reatar laços emocionais e afetivos com familiares ou amigos de referência. Existe uma clara compreensão de como a elaboração de Planos de Vida são ótimos mecanismos na transmissão de metas e objetivos aos jovens em momentos em que as suas trajetórias de vida se transformam (Conde & Teixeira, 2018).

Desta forma, consegue-se elencar o percurso identitário feito pelos jovens, em que a grande maioria destes e que relatam precisar de apoio quando saírem do ambiente institucional, se encontram na chamada de *identity achievement*, sendo descrito por Marcia como uma fase da identidade pautada pela confiança e estabilidade, com o objetivo a fazer planos para o futuro e

consciente deste (Costa & Campos, 1986). Tal sucede pela sucessiva resolução das crises identitárias e que permitiram ao indivíduo chegar à maturação, possibilitando a reflexão de novos caminhos a explorar e de uma busca da componente emocional anteriormente perdida (Erikson, 1999). O indivíduo tem assim uma nova percepção de si, dos acontecimentos que lhe ocorreram e da intervenção de que vai sendo submetido, possibilitando que até a forma como veja a escola se altere (**Tabela 9 e 10**). Isto vai ao encontro do que o próprio indivíduo sente com a importância de sair do Centro Educativo com formação e apoio familiar. Caso não ocorresse esta ressocialização por meio da institucionalização, a realidade experienciada pelo indivíduo era mantida, validada (Fiúza, 2014). O reforço do trabalho técnico e de intervenção preventiva na trajetória de vida do indivíduo possibilitaria a que este deixe a carreira de delinquente, permitindo uma qualidade na sua rede social mais próxima, deixando o jovem de estar exposto aos riscos e perigos do seu meio (Alves, 2007) – mesmo que somente pelo tempo da medida.

Sendo a delinquência um conceito complexo, parte das explicações que explicam estas condutas nos indivíduos advém da carência de laços emocionais entre as famílias assim como pela anomia sentida pelo jovem a nível escolar. Ao existir este contacto com os outros novos significativos e possibilitados pela ressocialização, permite a redefinição do *self* do jovem (Ferreira, 2000).



## **5. Considerações finais e futuras pistas de investigação**

Pelos valores de fiabilidade da Escala IPC, compreendemos como os valores obtidos apontam para uma taxa de confiabilidade alta. Porém, e face às reflexões levantadas no subcapítulo anterior, importa ressaltar algumas considerações a ter em conta na presente investigação e na correlação entre a Escala IPC e a entrevista Bibliográfica, assim como em possíveis trabalhos futuros. Tal deve-se não só à concordância de algumas das reflexões possíveis de análise face à realidade e enquadramento teórico explorados, como a situações que esses valores falham em explicitar por naturezas humanas inerente ao processo de ressocialização e, também, do instrumento de recolha da entrevista utilizada.

À luz destas últimas elações, importa mencionar como atendendo à anti socialização experimentada por alguns jovens e a sua incapacidade de verbalizarem o que sentem e/ou de exporem a sua carreira de delinquente, é possível de refletir no peso que estas figuras desviantes e de identificação têm para o jovem, levando a que este mantenha o seu “estatuto de delinquente” mesmo institucionalizado.

Como já exprimido anteriormente, este sentimento de pertença de grupo é reforçado em seio do Centro Educativo, sendo conivente com o ambiente do indivíduo que corrobora todo o seu trajeto de vida. Porém, este mesmo sentimento foi experienciado no decorrer da investigação. Tal ponto foi igualmente refletido pelo Diretor do Centro Educativo, ao expor como o facto de o investigador ser do sexo masculino e universitário, levar a certos pré-conceitos dos jovens por “este investigador” representar o público-alvo alvo destes jovens na sua conduta criminosa. Ou seja, foi possível de experimentar como o sentimento de pertença a um grupo e a forma como os jovens não querem ser vistos pelos outros membros como “bufos” das suas próprias experiências de vida, levou a dados que, no decorrer da entrevista, nem sempre constituíam à verdade máxima contada pelos jovens. Um exemplo resultante desta situação, para além das observações levadas a cabo pelo Diretor do Centro Educativo, deu-se com a confissão de um jovem que reiterava um seu colega ter omitido as verdadeiras razões que o levaram ao internamento em Centro Educativo. Havendo esta pré-disposição para a ocultação e pelo confrontar com uma figura externo desconhecido, é possível de pensar que outros elementos respondidos pelos jovens na entrevista biográfica não correspondam, na sua totalidade, à verdade dos mesmos.

É igualmente notório como, e à luz dos dados recolhidos – nomeadamente pela Escala IPC –, se demonstra como o quadro de referências de alguns jovens está reconstruído, havendo uma clara referência e manifestação de interesse em novos laços afetivos e orientadores para o

futuro, existindo uma maior capacidade de regulamentação de emoções na grande maioria dos jovens – constatado pela capacidade de atribuição de culpas aos seus comportamentos face a novos significados que foram atribuídos aos seus comportamentos. Existe, desta forma, uma clara consciência de si, do *self*, potenciado pela proximidade com que se caracteriza o trabalho de ressocialização (Luchmann & Berger, 2010). Este trabalho permite, a longo prazo e por meio da sua continuidade, uma introspeção individual e que demonstra traduzir-se em sucessos, na sua grande maioria, por meio do que os indivíduos reforçam dizer de que querem constituir uma vida. Algo evidente pelos dados da Escala IPC, mas nem sempre tangível pela entrevista biográfica.

Todavia, se aliarmos o peso da ressocialização com a dos diversos interventores sociais – quer internos como externos -, tem de se ter em conta como a pertença a um grupo representa um elo que, em muitos dos casos, não se conseguirá desconstruir ou alterar por completo. É assim, sem surpresa e possível de presumir, como alguns destes jovens – e à luz de outros estudos (Silva & Machado, 2012) -, possam voltar a reincidir na sua carreira delinvente se o ambiente externo não conseguir dar resposta aos entraves e dificuldades com que estes jovens se deparam. Neste sentido, outro dos entraves sentidos aquando da reflexão dos resultados apresentados, traduziu-se na ausência de bibliografia que alie a institucionalização ao *locus* de controlo do indivíduo. Apesar dos dados obtidos na presente dissertação, o sustento por parte de outros estudos e/ou reflexões ter-se-ia revelado essencial no complemento e interpretação dos resultados apresentados.

Em investigações futuras, seria interessante elencar a perceção dos jovens referente às suas trajetórias de vida e o que esperam do seu futuro numa ótica de compreender de forma sistémica, e já numa perspetiva prática e interventiva, o desenvolvimento do *locus* de controlo dos mesmos e de que forma os mesmos se desenvolvem mediante os diferentes estádios de identidade.

Sabendo dos diferentes estádios de desenvolvimento (Erikson, 1999) que o indivíduo passa no decorrer da sua trajetória biopsicossocial, em investigações futuras e longitudinais, as implicações práticas seriam vantajosas no ponto de vista das estratégias de ressocialização individual e que permitam, de melhor forma, que o indivíduo, ao longo do seu percurso de vida e fora do Centro Educativo, tenha completa consciência do seu *self*. Tal iria permitir conscientizar de forma alargada e profunda a forma como os diversos episódios desviantes se alinharam na influência do crescimento do jovem e, por conseguinte, elaborar formas de técnicas de intervenção preventiva nas modalidades resultantes desses estudos empíricos.

Assume-se ainda a importância de procurar compreender os diferentes estilos parentais dos agregados familiares destes jovens face a uma fase de desenvolvimento tão única para a vida

do indivíduo. Tal permitiria compreender de forma holística como é que a infância dos próprios progenitores impactou e impacta a convivência em agregado familiar. Uma vez que parte destes dados qualitativos são possíveis de obter face às diferentes equipas multidisciplinares que trabalham com estes jovens e familiares, utilizar dados processuais poderá igualmente resultar em compreensões alargadas para a (re)socialização dos jovens e a capacidade dos mesmos em identificarem os elementos significativos adequados que permitam definir corretamente as suas perceções face ao *locus* de controlo – isto é, face a si mesmos e à resignificação que ocorre por meio da reconstrução da identidade dos mesmos.

Sendo a realidade social moldada por transições nem sempre previsíveis nas diversas interações, conhecer de forma singular estes indivíduos por meio da forma como se veem a si, seria uma nova forma de ajudar na compreensão dos diferentes quadros de referências individuais, assim como a melhor forma de trabalhar a reconstrução das diferentes realidades subjetivas dos jovens.

Apesar dos resultados obtidos pela Escala IPC, em que se compreende como alguns jovens têm já algum “domínio de si”, a existência de oscilações são notórias e pautadas pelos dados da entrevista biográfica – em especial no âmbito parental. Desta forma, e sendo o veículo da linguagem o usado na (re)socialização dos jovens, a consciência destes estudos poderia permitir intervenções práticas mais vantajosas no seu todo no que toca ao elevar o autoconceito dos adolescentes e a atribuição que fazem a si e aos outros.

Face às diversas transformações no estabelecimento de novas interações sociais, a existência destes estudos permitira perspetivar de que forma novas alterações referentes às interações sociais impactam a forma como estes indivíduos interagem, após internamento em Centro Educativo, em sociedade. Tal revela-se de extrema importância, visto que muitos destes jovens regressam para o meio que os levou ao estabelecimento de tais relações propensas ao desvio.

## Bibliografia

- Alarcão, M. (2000). *(des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto.
- Alarcão, M., & Gaspar, M. F. (2007). Imprevisibilidade familiar e suas implicações no desenvolvimento individual e familiar. *Paideia*, pp. 89 - 102.
- Alves, S. N. (2007). *Filhos da Madrugada: Percursos Adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Andrade, C. (2016). Auto-conceito e Autonomia em Adultos Emergentes. (E. S.-I. Coimbra, Ed.) *Psicologia Escolar e Educacional*, SP., pp. 137-146.
- Becker, H. (2008). *Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Berger, P. L., & Luckman, T. (1966). *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*. USA: Penguin Books.
- Bertol, C. E., & Souza, M. (2010). Transgressões e Adolescência: Individualismo, Autonomia e Representações Identitárias. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 30(4), pp. 824-839.
- Bonavente, R. (2002). Delinquência Juvenil: Da disfunção social à psicopatologia. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada. *Análise Psicológica*, 4.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction. Critique Social du Jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1996). The Forms of Capital. Em J. E. Richardson, *Handbook of Theory of Research for the Sociology of Education* (pp. 46 - 58). Greenwood Press.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1967). *A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Editora Veja.
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Celta.
- Carapinha, L., Guerreiro, C., Ribeiro, C., & Ferreira, L. (2016). *Inquérito sobre comportamentos aditivos em jovens internados em Centros Educativos 2015*. SICAD.
- Carvalho, M. I. (2015). *Serviço Social com Famílias*. Lisboa: Pactor.
- Carvalho, M. J. (2003). *Entre as malhas do desvio*. Lisboa: Celta Editora.
- Carvalho, M. J. (2013). *Delinquência Infantil e Juvenil e Justiça em Portugal: Uma Questão de olhar(es)*. Obtido em Março de 2018, de [HTTP://WWW.OPJ.ICS.UL.PT/INDEX.PHP/MARCO-2013](http://WWW.OPJ.ICS.UL.PT/INDEX.PHP/MARCO-2013)
- Carvalho, M. J., & Duarte, V. M. (2013). Crianças, jovens e a cidade: riscos, violências e delinquências em Portugal. *Latitude*, 7(2), pp. 133-166.
- CID. (2006). *Manual de Boas Práticas*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.
- Coleta, M. F. (junho de 1987). Escala multidimensional de locus de controle de Levenson. *Psicologia Social*, pp. 79-97.

- Collins, W. A., & Srinthall, N. A. (1994). A Identidade e o Eu na Adolescência. Em W. A. Collins, & N. A. Srinthall, *Psicologia do Adolescente* (pp. 191 - 242). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Conde, R., & Teixeira, S. (2018). Delinquência Juvenil em Portugal: Estudo qualitativo das histórias de vida de jovens reclusos. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, pp. 47-59.
- Costa, F. A., & Marra, M. M. (2013). Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21.
- Costa, M. E., & Campos, B. P. (1986). *Estatutos de Identidade em Estudantes Universitários*. Tese de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Costa, R. M. (7 de fevereiro de 2018). Há menos abandono escolar precoce, mas 12,6% dos jovens ainda deixam a escola demasiado cedo. *Público*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2018/02/07/sociedade/noticia/ha-menos-abandono-escolar-precoce-mas-126-dos-jovens-ainda-saem-demasiado-cedo-da-escola-1802318>
- DGRSP. (2019). *Estatística Mensal Centros Educativos - Julho 2019*. Ministério da Justiça.
- Dias, F., & Andrade, C. (2011). *Criminologia. O homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Donges, W. E. (2015). A Qualitative Case Study: The Lived Educational Experiences of Former Juvenile Delinquents. *The Qualitative Report 2015*, pp. 1009-1028.
- Duarte, V. (2012). *Discursos e Percursos na delinquência juvenil feminina*. Famalicão: Húmus.
- Duarte, V., Santos, M. S., Cruz, O., & Grangeia, H. (2015). *Delinquência Juvenil: Explicações e Implicações*. Maia: Edições ISMAI.
- Erikson, E. (1999). *Psicologia do Adolescente - Uma Abordagem Desenvolvimentista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Estevam, U. D., Coutinho, M. P., & Araújo, L. F. (janeiro/março de 2009). Os desafios da prática socioeducativa de privação de liberdade em adolescentes em conflito com a lei: Ressocialização ou exclusão social? *PSICO*, pp. 64-72.
- Falco, M., & Kuz, A. (junho de 2016). Comprendiendo el Aprendizaje a través de las Neurociencias, con el entrelazado de las TICs en Educación. (R. d.-U. Plata, Ed.) *Revista Iberoamericana de Educación en Tecnología y Tecnología en Educación*, 17, pp. 43-51.
- Ferreira, P. M. (2000). Controlo e Identidade: A Não Conformidade Durante a Adolescência. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, pp. 55-85.
- Fiúza, A. C. (2014). *Estudo do autoconceito em crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico com versão adaptada da escala de Piers-Harris (PHCSCS-2)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação: Universidade de Coimbra.

- Fleming, J. S. (2004). Erikson's Psychosocial Developmental Stages. Em J. S. Fleming, *Psychological Perspectives on Human Development*. Obtido de <http://swppr.org/textbook/ch%209%20erikson.pdf>
- Goleman, D. (2011). *Inteligência emocional*. Lisboa: Temas e Debates.
- Gonçalves, M. M., & Gonçalves, O. F. (2001). *Psicoterapia, discurso e narrativa: A construção conversacional da mudança*. Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, M., & Henriques, M. R. (2000). *Terapia Narrativa da Ansiedade*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Gonçalves, T. (2013). *Educação dos filhos em famílias monoparentais femininas: o contributo do Educador Social no desenvolvimento de competências sociais: Tese de Mestrado em Ciências da Educação*. Lisboa: Universidade Portucalense.
- Guimarães, J. V. (2012). *Autoconceito, Autoestima e Comportamentos Desviantes em Adolescentes*. Tese de Mestrado: ISPA - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida.
- INE. (16 de Fevereiro de 2018). *Densidade populacional segundo os Censos*. Obtido de Pordata: <https://www.pordata.pt/Portugal/Densidade+populacional+segundo+os+Censos-412>
- INE. (3 de Junho de 2019). *Alunos matriculados: por nível de ensino e sexo*. Obtido de Pordata: <https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+por+n%c3%advel+de+ensino+e+sexo-1005>
- INE. (6 de junho de 2019). *População residente com 15 a 64 anos e 65 e mais anos: por nível de escolaridade completo mais elevado (%)*. Obtido em 18 de janeiro de 2020, de Pordata: [https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%c3%a7%c3%a3o+residente+com+15+a+64+anos+e+65+e+mais+anos+por+n%c3%advel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+\(percentagem\)-2266](https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%c3%a7%c3%a3o+residente+com+15+a+64+anos+e+65+e+mais+anos+por+n%c3%advel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+(percentagem)-2266)
- Lopes, J. T. (2010). Do politeísmo cultural contemporâneo ao trabalho escolar de eliminação da dissonância. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, VOL. XX*, pp. 281-290.
- Luchmann, T., & Berger, P. (2010). *A Construção Social da Realidade*. Lisboa: Dinalivro.
- MarcLeBlanc, Ouimet, M., & Szabo, D. (2008). *Tratado de Criminologia empirica*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Marreiros, N. (2009). Considerações teóricas sobre o conceito Locus de Controlo: Reflexões acerca do seu potencial preventivo. *Revista Toxicodependências, 15(3)*, pp. 61-68.
- Martins, M. J. (2005). Condutas agressivas na adolescência. *Análise Psicológica*, pp. 129-135.

- Melo, A. T., & Alarcão, M. (2009). Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental: Proposta de um Modelo Global de Organização. *Psicologia e Sociedade*, 21(1), pp. 55 - 64. Obtido de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n1/07.pdf>
- Nardi, F. L., & Aglio, D. D. (2010). Delinquência Juvenil: Uma Revisão Teórica. *Ata Colombiana de Psicologia*. 13, pp. 69-77. Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência. (2019). *Relatório Europeu sobre Drogas 2019*. Luxemburgo: Tendências e evoluções, Serviço das Publicações da União Europeia.
- Papalia, D. E., Feldman, R. D., & Olds, S. W. (2001). *O Mundo da Criança*. Mc Graw-Hill.
- Pereira, A., & Patrício, T. (2016). *Guia Prático de Utilização do SPSS - Análise de Dados para Ciências Sociais e Psicologia* (8ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Queirós, P. J. (2005). *Burnout: no trabalho e conjugal em enfermeiros portugueses*. Coimbra: Edições Sinais Vitais.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1999). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2ª ed.). Gradiva.
- Relvas, J. (1985). *O Locus de Controlo e Depressão (Tese de Doutoramento)*. Coimbra: Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.
- Santos, B. D. (2004). *Os Caminhos difíceis da "Nova" Justiça Tutelar Educativa: Uma avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar Educativa*. Coimbra: Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais.
- Santos, J. V. (2015). *A Violência Simbólica: o Estado e as Práticas Sociais*. Obtido de Revista Crítica de Ciências Sociais: <http://journals.openedition.org/rccs/6169>
- Serra, A. V., Gonçalves, S., & Firmino, H. (1986). Autoconceito e ansiedade social. *Psiquiatria Clínica*, 7 (2), pp. 103 - 108.
- Serviço Nacional de Saúde. (2019). *Descriminalização do Consumo*. Obtido de SICAD: <http://www.sicad.pt/PT/Cidadao/DesConsumo/Paginas/default.aspx>
- SICAD. (2019). *Sinopse Estatística 2017: Substâncias Ilícitas*. SICAD.
- Silva, A., & Machado, H. (2012). A reconstrução identitária nos jovens institucionalizados em Centro Educativo. *VII Congresso Português de Sociologia*. Porto: Universidade do Porto.
- Silva, G. O. (1995). Capital Cultural, Classe e Gênero em Bourdieu. (INFORMARE, Ed.) *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, pp. 24-36.
- Soares, J. M. (2007). *Satisfação geral no trabalho dos Enfermeiros. Clima organizacional e características pessoais. (Tese de Mestrado)*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Stephanie. (8 de dezembro de 2014). *Cronbach's Alpha: Simple Definition, Use and Interpretation*. Obtido em 12 de janeiro de 2020, de Statistics How To: <https://www.statisticshowto.datasciencecentral.com/cronbachs-alpha-spss/>

- Stephanie. (20 de julho de 2016). *Split-Half Reliability: Definition, Steps*. Obtido em 12 de janeiro de 2020, de Statistics How To:  
<https://www.statisticshowto.datasciencecentral.com/split-half-reliability/>
- Stephanie. (1 de julho de 2016). *What is the Spearman-Brown Formula?* Obtido em 12 de janeiro de 2020, de Statistics How To:  
<https://www.statisticshowto.datasciencecentral.com/spearman-brown/>
- Teixeira, C. (2009). *O Tecer e o Crescer – Fios e Desafios – construção identitária em crianças institucionalizadas*. Dissertação de Mestrado em Ciências do Serviço Social, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto.
- Teixeira, C. B. (2008). *O Jovem Delinquente em Contexto Escolar. Porto: Dissertação de Mestrado em Administração e Planificação da Educação*. Universidade Portucalense.
- Trigo, S., Silva, S., Fraga, S., & Ramos, E. (2015). Representações Sociais de Adolescentes Sobre o Consumo de Drogas. *Arquivos de Medicina*, 29(2), pp. 39-45.
- Wall, K., & Lobo, C. (1999). Famílias Monoparentais em Portugal. *Análise Social*, XXXIV.
- Winnicott, D. (1987). *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.